

# Diário do Legislativo de 28/08/2001

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Antônio Júlio - PMDB

1º-Vice-Presidente: Alberto Pinto Coelho - PPB

2º-Vice-Presidente: Ivo José - PT

3º-Vice-Presidente: Olinto Godinho - PTB

1º-Secretário: Mauri Torres - PSDB

2º-Secretário: Wanderley Ávila - PPS

3º-Secretário: Álvaro Antônio - PDT

## SUMÁRIO

1 - CONCURSO PÚBLICO

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Mesa da Assembléia

2.3 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

## CONCURSO PÚBLICO

CONCURSO PÚBLICO

Edital nº 1/2000

Procurador – Cód. 101

Resultado da 3ª Etapa

Inscrição	Nome	Nota
3603	Alexandre Ribeiro Chaves	60,00
4357	Carlos Victor Muzzi Filho	64,70
5345	Daniela Maria Baeta Scarpelli	60,00
41844	Galdino Jose Dias Filho	60,00
69092	Gustavo Torres Soares	68,20
44284	Marcelo de Almeida E Silva	75,70



3442	Maria Luiza Silva De Souza Lima	60,00
------	------------------------------------	-------

45398	Marina Rocha C. Barros	70,70
-------	------------------------	-------

65141	Patricia Campos de Castro	60,00
2173	Renato Luis Marques Pessoa	77,80
50592	Teresa Cristina de Souza	78,30

<p style="text-align: center;">EDITAL Nº3/2000</p> <p style="text-align: center;">TÉCNICO DE APOIO/BIBLIOTECÁRIO - CÓD.301</p> <p style="text-align: center;">RESULTADO DA 3ª ETAPA</p>		
---	--	--

Inscrição	Nome	Nota
44622	Anderson Moraes Abreu	75,00
64982	Aparecida do Carmo	66,00
379	Ariadne Antunes Vilaca Teixeira	82,00
251	Denise Maria Ribeiro Moreira	64,50
41097	Eliana Nunes Cunha	83,50
48114	Evania das Gracas Faria Amorim	80,00
48046	Geraldo Izaias Diniz	72,50
2474	Gladys Carla Medeiros Oliveira	78,50
50672	Ines Maria Rodrigues	80,50
48539	Joao Batista Rodrigues	66,50
65031	Magna Lucia dos Santos	65,50
633	Marcia Meireles de Melo Diniz	65,00
875	Marcia Milton Vianna	66,50
2030	Maria Angelica Ferraz Messina Ramos	62,50
244	Maria Carmen de Paula Germano	64,00
42003	Maria Lucia de Lacerda Faria	62,50
46607	Marilia Faria Alves	84,00
44069	Miriam Cristina E. Pereira Quites	86,00
2880	Nathalia Cafezakis dos Santos	68,00

45366	Nilson Vidal Prata	78,00
147	Nivia de Almeida Lima	80,00
46002	Patricia Maria de Souza	66,00
41098	Rosilda Angélica Meira	80,00
1809	Silvania das Gracas da Silva	84,50
52027	Soteria Lucas Machado	68,00
44086	Vera Lucia de Azevedo	65,00
46008	Vera Lucia Justiniana P.Moreira	60,00
46107	Vilma Camelo Sebe	64,00
46432	Zuleide Ferreira Filgueiras	86,00

### ORDENS DO DIA

Ordem do dia DA 273ª reunião ordinária, EM 28/8/2001

#### 1ª Parte

##### 1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

##### 2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

##### 1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

##### 2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Prosseguimento da votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 451/99, do Deputado Edson Rezende, que dispõe sobre o controle de organismos geneticamente modificados no Estado de Minas Gerais. A Comissão de Justiça perdeu prazo para emitir parecer. A Comissão de Meio Ambiente opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. A Comissão de Política Agropecuária opinou por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Meio Ambiente, com as Emendas nºs 1 e 2, que apresentou. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresentou, e pela rejeição das Emendas nºs 1 e 2, apresentadas pela Comissão de Política Agropecuária. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Meio Ambiente, que opina pela rejeição do Substitutivo nº 3 e pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo 2, da Comissão de Fiscalização Financeira, com as Emendas nºs 3 a 7, que apresenta.

Votação, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 19/99, do Deputado Edson Rezende, que altera dispositivos da Constituição do Estado referentes ao Conselho Estadual de Educação. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta.

Votação, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 22/99, da Deputada Elbe Brandão, que altera a Seção III do Capítulo II da Constituição do Estado e acrescenta dispositivo ao art. 242, que dispõe sobre a política do turismo no Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 44/2000, do Governador do Estado, que dá nova redação ao art. 239 da Constituição do Estado. A Comissão Especial

opina pela aprovação da proposta na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.836, que dispõe sobre obras representativas do patrimônio cultural mineiro e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 521/99, do Deputado Antônio Júlio, que altera a redação do art. 2º da Lei nº 12.186, de 5/7/96, que autoriza o Poder Executivo a conceder ingresso gratuito a menores de 5 a 12 anos de idade, a profissionais e autoridades que menciona em competição esportiva realizada em estádio e praça de esportes de propriedade do Estado e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Educação opina por sua aprovação com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Educação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.322/2000, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar os imóveis que menciona à Companhia Mineradora de Minas Gerais - COMIG. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.421/2001, do Governador do Estado, que dispõe sobre a criação do Instituto de Terras do Estado de Minas Gerais - ITER- e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 a 3, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina por sua aprovação com a Emenda nº 3, da Comissão de Justiça, e com as Emendas nºs 4 e 5, que apresenta, e, ainda, com as subemendas, que receberam o nº 1, as quais apresenta, às Emendas nºs 1 e 2. A Comissão de Política Agropecuária opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 3, da Comissão de Justiça; com a Emenda nº 5, da Comissão de Administração Pública; as subemendas, que receberam o nº 1, da Comissão de Administração Pública, às Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Justiça, e com as Emendas nºs 6 e 7, que apresenta, e, ainda, com a Subemenda nº 1, de sua autoria, à Emenda nº 4, da Comissão de Administração Pública. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 5, 6 e 7, com as subemendas, que receberam o nº 1, às Emendas nºs 1, 2 e 4 e, ainda, com a Subemenda nº 1, que apresenta, à Emenda nº 3.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.172/2000, do Deputado Sargento Rodrigues, que altera a redação do art. 2º da Lei Estadual nº 12.644, de 17/10/97. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.175/2000, da Deputada Elaine Matozinhos, que dispõe sobre a obrigatoriedade do detalhamento dos serviços cobrados e prestados pelas operadoras do sistema de telefonia do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Defesa do Consumidor perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

#### ORDEM DO DIA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLÉIA, A REALIZAR-SE ÀS 11 HORAS DO DIA 28/8/2001

##### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

##### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e apreciação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia.

Requerimentos nºs 2.261/2001, da Comissão de Direitos Humanos; 2.282/2001, do Deputado Dinis Pinheiro; 2.303 e 2.315/2001, da Comissão de Administração Pública; 2.329/2001, do Deputado Alberto Pinto Coelho; 2.336/2001, da Comissão de Direitos Humanos; 2.340/2001, da Comissão de Saúde; 2.346/2001, do Deputado Bilac Pinto; 2.349/2001, do Deputado Miguel Martini; 2.350, 2.351, 2.352, 2.353, 2.354 e 2.355/2001, da Comissão de Direitos Humanos; 2.360/2001, do Deputado Sebastião Costa; 2.374/2001, do Deputado José Braga; 2.380/2001, da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social; 2.387/2001, da Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia; 2.389 e 2.390/2001, do Deputado Luiz Tadeu Leite.

Discussão e votação de proposições da Mesa da Assembléia.

Ordem do dia da 76ª reunião ordinária da comissão de Constituição e Justiça, a realizar-se às 10 horas do dia 28/8/2001

##### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

##### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.528/2001, do Deputado Hely Tarquínio; 1.581/2001, da Deputada Maria José Hauelsen; 1.583/2001, do Deputado Alencar da Silveira Júnior; 1.599/2001, do Deputado Márcio Cunha; 1.609/2001, dos Deputados Alencar da Silveira Júnior e Durval Ângelo; 1.610/2001, do Deputado Durval Ângelo; 1.611/2001, do Deputado Márcio Cunha; 1.612/2001, do Deputado Sávio Souza Cruz; 1.613/2001, do Governador do Estado; 1.636/2001, do Deputado Adelmo Carneiro Leão; 1.683/2001, do Tribunal de Justiça; Projetos de Lei Complementar nºs 38/2001, do Deputado Adelino de Carvalho; 40/2001, do Deputado Agostinho Silveira.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.590/2001, do Deputado Ivo José; 1.625/2001, do Deputado Amílcar Martins; 1.630/2001, do Deputado Sebastião Navarro Vieira; 1.632/2001, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 1.633/2001, do Deputado Irani Barbosa; 1.638/2001, do Deputado Adelmo Carneiro Leão; 1.640/2001, do Deputado Bilac Pinto; 1.644/2001, do Deputado João Leite; 1.645 e 1.646/2001, do Deputado José Henrique; 1.649 e 1.650/2001, do Deputado Miguel Martini; 1.651/2001, do Deputado Paulo Piau; 1.652/2001, do Deputado Amílcar Martins; 1.655/2001, do Deputado Eduardo Hermeto; 1.661/2001, do Deputado Mauri Torres; 1.668/2001, do Deputado Antônio Carlos Andrada; 1.658/2001, do Deputado Luiz Tadeu Leite; 1.670/2001, do Deputado Ambrósio Pinto; 1.671/2001, do Deputado Durval Ângelo; 1.672/2001, da Deputada Elaine Matozinhos; 1.673/2001, do Deputado Ivo José.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 82ª reunião ordinária da comissão de Direitos Humanos, a realizar-se às 9h30min do dia 29/8/2001

##### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 1.604/2001, do Deputado Adelmo Carneiro Leão.

Finalidade: apreciar a matéria constante na pauta.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 66ª reunião ordinária da comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, a realizar-se às 10 horas do dia 29/8/2001

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 1.255/2000, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Em turno único: Projeto de Lei nº 1.359/2001, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.409/2001, do Deputado Amílcar Martins; 1.578/2001, do Deputado Paulo Piau; 1.594/2001, do Governador do Estado; 1.614/2001, do Governador do Estado.

Requerimentos nºs 2.424/2001, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 2.427/2001, da Deputada Elbe Brandão; 2.428/2001, do Deputado Márcio Cunha; 2.430, 2.463, 2.476 e 2.477/2001, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 2.483/2001, do Deputado João Batista de Oliveira.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 68ª reunião ordinária da comissão de Administração Pública, a realizar-se às 14 horas do dia 29/8/2001

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 819/2000, da Deputada Maria Tereza Lara e da Deputada Elaine Matozinhos; 1.422/2001, do Governador do Estado; 1.501/2001, do Deputado Mauro Lobo; e 1.550/2001, do Deputado João Leite.

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 774/99, do Deputado Sebastião Navarro Vieira; 1.159/2000, do Deputado Alencar da Silveira Júnior; 1.219/2000, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 70ª reunião ordinária da comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, a realizar-se às 14h30min do dia 29/8/2001

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 930/2000, do Deputado Paulo Piau.

Finalidade: realização de audiência pública para discutir a situação dos cotonicultores do Estado e a agilização da implementação do Programa de Apoio à Retomada da Cultura do Algodão em Minas Gerais - PROALMINAS -; e apreciar a matéria constante na pauta.

Convidados: Srs. Raul Belém, Secretário da Agricultura; Ivon Borges Martins, Presidente da FEAM; Gilman Viana Rodrigues, Presidente da FAEMG; Nelson Schineider e José Carlos Custódio de Moura, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente, da Associação Mineira de Cotonicultores; e Márcio Custódio Araújo, agricultor de Centralina.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 2.466/2001, do Deputado Luiz Tadeu Leite.

Finalidade: discutir, em audiência pública, o tema "Transporte Escolar Público".

Convidados: Sr. Paulo Renato Souza, Ministro de Estado da Educação; Prof. Murílio de Avellar Hingel, Secretário de Estado da Educação; Prefeito Teófilo Barbosa Neto, Presidente da Associação dos Municípios do Vale do Mucuri; Prefeito Moisés Matias Pereira, Presidente da Associação dos Municípios do Alto Paraopeba; Prefeito Derci Alves Ribeiro Filho, Presidente da Associação dos Municípios do Médio Centro-Oeste; Alba Lucinha Mendes, Secretária Executiva da Associação dos Municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 43ª reunião ordinária da comissão de Redação, a realizar-se às 14h30min do dia 29/8/2001

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discussão e votação de pareceres sobre proposições em fase de redação final.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 60ª reunião ordinária da comissão de Turismo, Indústria e Comércio, a realizar-se às 15 horas do dia 29/8/2001

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.392/2001, do Deputado Wanderley Ávila.

Finalidade: ouvir os representantes da SAGENTUR e obter informações sobre os projetos desenvolvidos pela empresa na área de turismo e apreciar a matéria constante da pauta.

Convidados: representantes da SAGENTUR.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

## EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

### Edital de Convocação

#### Reunião Extraordinária da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, inciso XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembléia para as 9 horas do dia 28 de agosto de 2001, destinada à apreciação do veto à Proposição de Lei nº 14.836, que dispõe sobre obras representativas do patrimônio cultural mineiro e dá outras providências; e dos Projetos de Lei nºs 521/99, do Deputado Antônio Júlio, que altera a redação do art. 2º da Lei nº 12.186, de 5/7/96, que autoriza o Poder Executivo a conceder ingresso gratuito a menores de 5 a 12 anos de idade, a profissionais e autoridades que menciona em competição esportiva realizada em estádio e praça de esportes de propriedade do Estado de Minas Gerais e dá outras providências; 1.172/2000, do Deputado Sargento Rodrigues, que altera a redação do art. 2º da Lei Estadual nº 12.644, de 17/10/97, elevando o prazo para reversão de imóvel ao patrimônio da entidade doadora; e 1.175/2000, da Deputada Elaine Matozinhos, que dispõe sobre a obrigatoriedade do detalhamento dos serviços cobrados e prestados pelas operadoras do sistema de telefonia do Estado de Minas Gerais; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 27 de agosto de 2001.

Antônio Júlio, Presidente.

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Arlen Santiago, Bilac Pinto, Dinis Pinheiro, Doutor Viana e Ermano Batista, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 28/8/2001, às 14h30min, no auditório, com a finalidade de se obterem esclarecimentos sobre os seguintes assuntos: os critérios adotados para a priorização das obras a serem executadas pelo DER-MG, a relação das estradas já licitadas para a pavimentação, os nomes das empresas vencedoras e o valor das obras, a previsão de início das respectivas obras e as fontes de recursos existentes; convidado: Dr. Maurício Guedes, Diretor-Geral do DER-MG; e de se apreciar o Requerimento nº 2.466/2001, do Deputado Luiz Tadeu Leite.

Sala das Comissões, 23 de agosto de 2001.

Arlen Santiago, Presidente.

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre os Vetos Totais às Proposições de Lei nºs 14.819 e 14.835

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Elbe Brandão e os Deputados João Batista de Oliveira, Gil Pereira e Pastor George, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 28/8/2001, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciar a matéria constante na pauta e de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 27 de agosto de 2001.

Luiz Tadeu Leite, Presidente.

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre o Veto Total à Proposição de Lei nº 14.818 e os Vetos Parciais às Proposições de Lei nºs 14.838 e 14.840 e à Proposição de Lei Complementar nº 67

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Márcio Cunha, Bilac Pinto, Maria José Haueisen e Ambrósio Pinto, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 28/8/2001, às 15h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciarem os pareceres sobre o Veto Total à Proposição de Lei nº 14.818., os Vetos Parciais às Proposições de Lei nºs 14.838 e 14.840 e o Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 67.

Sala das Comissões, 27 de agosto de 2001.

João Leite, Presidente.

#### EDITAL DECONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre o Veto Total à Proposição de Lei nº 14.827

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Fábio Avelar, Kemil Kumaira, Anderson Aduato e João Paulo, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 29/8/2001, às 10:00 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciar o parecer do relator sobre o Veto Total à Proposição de Lei nº 14.827.

Sala das Comissões, 27 de agosto de 2001.

Chico Rafael, Presidente.

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial do Ensino Superior

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Paulo Piau, Maria José Haueisen, Edson Rezende e Mauro Lobo, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 29/8/2001, às 16 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se programarem os trabalhos da Comissão.

Sala das Comissões, 27 de agosto de 2001.

Márcio Cunha, Presidente.

### TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 1.409/2001

Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia

Relatório

De autoria do Deputado Amílcar Martins, o projeto de lei em tela pretende declarar de utilidade pública a Fundação Inimá de Paula, com sede no Município de Belo Horizonte.

Examinada preliminarmente a matéria pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre o projeto, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A Fundação Inimá de Paula é uma entidade de direito privado e sem fins lucrativos, cuja finalidade é criar e manter espaço físico destinado à reunião de documentos escritos, fotografias, filmes e objetos pertencentes ao artista, difundir sua obra por meio da promoção e do desenvolvimento de eventos culturais, trabalhos, estudos e pesquisas sobre o

acervo, a vida, o pensamento e o seu processo criativo, bem como promover intercâmbio com universidades, museus e outras entidades culturais, nacionais e estrangeiras, com elas realizando eventos conjuntos, podendo, até mesmo, efetivar a cessão temporária de obras do acervo e firmar convênios.

O meritório trabalho que a entidade empreende nos leva a desejar conceder-lhe o título declaratório de utilidade pública.

#### Conclusão

Diante do relatado, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.409/2001 na forma proposta.

Sala das Comissões, 27 de agosto de 2001.

José Henrique, relator.

## PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

### 270ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 21/8/2001

O Deputado Geraldo Rezende - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, o futebol brasileiro vive crise nunca antes vista. Os dias de glória e alegria deram lugar a verdadeira avalanche de denúncias, acusações e impunidades que, sem um objetivo claro e bem definido, servem mesmo é para desestruturar e desequilibrar as pessoas e instituições que lutam, com seriedade e dignidade, pela sobrevivência do esporte, que é, indiscutivelmente, a paixão nacional.

Mérito a quem luta arduamente pela preservação da ordem e pelo correto funcionamento da máquina que movimenta o futebol brasileiro. E por falar na máquina que movimenta o castigado futebol brasileiro, tenho que lembrar aos ilustres Deputados que uma máquina se resume num conjunto de componentes que devem funcionar em perfeita sincronia, sob pena de apresentar pane em caso de falha ou defeito em suas peças e sistemas.

Um estádio é uma peça ou, mais amplamente considerando, é um sistema, composto de partes que devem estar freqüentemente aptas a desempenhar suas funções. Se os banheiros não funcionam, se a iluminação é deficiente, se o estacionamento é inseguro ou se o gramado não é mais verde e nos faz pensar que o futebol é de praia, algo anda errado, a máquina está com defeito.

Se a máquina foi desenvolvida para fabricar, por exemplo, balões de borracha, de nada adianta querermos que essa mesma máquina passe a fabricar copos plásticos. Poderíamos adaptá-la, transformá-la, reprojotá-la, mas corremos o risco de não fabricar, com competência, os copos plásticos e, pior ainda, de não mais conseguirmos fazer os balões de borracha, que eram a razão da existência da máquina.

É isso que ocorre com o Estádio Governador Magalhães Pinto. Foi projetado para abrigar os maravilhosos espetáculos da bola. Foi criado para compor, inclusive como cartão postal, a paisagem e a beleza do futebol mineiro. Mas, infelizmente, vem sendo utilizado para outros fins, que comprometem, enormemente, sua vocação básica e primordial, prejudicando, sensivelmente, seu desempenho enquanto templo do futebol.

Não quero, com a proposição apresentada, impedir a realização de eventos que expressem a cultura popular, mas quero, certamente, que seja transferida a realização de tais eventos para lugar adequado e que comporte, sem prejuízo à sua estrutura, a montagem de palcos, de sistemas de som e iluminação, de tabladros e o trânsito intenso e ininterrupto de pessoas e equipamentos.

O Mineirão é do futebol, e o futebol é do Mineirão.

Campo de futebol foi feito para jogar futebol, assim como o autódromo foi feito para corrida de automóveis. Cada coisa ocupando o seu devido lugar é princípio básico da organização em qualquer segmento que abordemos.

O verdadeiro palco de gloriosos dias dos clubes mineiros corre o risco de tornar-se inviável por pura perda de foco de sua função primordial. Em tempo de qualidade, acima de tudo, deve-se primar por fazer melhor e sem defeitos o que sabemos e o que devemos fazer.

Aproveito a oportunidade para sugerir aos responsáveis pela definição dos estádios, onde serão disputados os jogos do campeonato brasileiro em Minas Gerais, que utilizem o bem cuidado e exemplar Estádio João Havelange, localizado em Uberlândia, que se encontra em perfeitas condições de receber, para belos espetáculos, equipes de renome, demonstrando respeito aos atletas e, principalmente, ao público interessado.

Em função das palavras que proferi, ocupando, mais uma vez, esta tribuna, peço aos ilustres Deputados e Deputadas que atentem para a proposição de lei que protocolei hoje nesta Casa Legislativa.

O Deputado Geraldo Rezende - (- Lê:)

- Projeto de Lei nº 1.696/2001, lido pelo Deputado Geraldo Rezende, foi publicado na edição do dia 23/8/2001.

O Deputado Geraldo Rezende - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Minas Gerais está sofrendo prejuízo na divulgação de seu nome como Estado Federado da Confederação Brasileira, com relação à não-realização dos jogos no Mineirão, por absoluta irresponsabilidade de quem administra o Mineirão, promovendo lá cultos religiosos, apresentação de bandas de "rock", demonstrações de "rock", acabando com o gramado do Mineirão.

Já estamos na sétima rodada do campeonato brasileiro, e os outros Estados, até Santa Catarina, fazem chacota com relação ao não-uso do Estádio Magalhães Pinto, o Mineirão. Dizem eles: "Isso é um absurdo. O Estádio Magalhães Pinto, afinal de contas, é do futebol e para o esporte ou é um templo religioso ou um palco para 'shows' de 'rock', de moda caipira ou outros 'shows' que lá têm acontecido?". O fato de o Mineirão não estar sendo usado está sendo motivo de chacota, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas. E Deus sabe quando ele poderá ser utilizado para o futebol, porque a grama acabou. O sistema de drenagem do estádio está absolutamente destruído, por causa do pisoteio. E ninguém toma providências, ninguém fala nada. Como disse, não sou contra o show de "rock", mas por que não fazê-lo na Praça da Estação, que é um bom local? Não sou contra os cultos religiosos. Por que não fazê-los na Praça do Papa ou na Praça da Estação? Existem palcos para isso.

Por que danificar uma jóia do esporte brasileiro, que é o Estádio Magalhães Pinto?

Digo ao povo mineiro que, na nossa modesta opinião, e conheço basicamente todos os estádios do Brasil, o Mineirão é o estádio mais bonito, mais-bem construído e bem-projetado que há na América do Sul. Portanto, é preciso dar-lhe a destinação para a qual foi construído. Vamos praticar o esporte, o futebol, e usar a pista para os esportes para o qual foi construído.

Peço apoio para o projeto de lei que apresento, para que possamos dar um basta, botar um fim nisso, para que, lá fora, os outros Estados, nossos coirmãos confederados, não venham depois criticar Minas Gerais por não contribuir com o aperfeiçoamento do futebol, e contribuir, sim, para jogar o futebol na lama. Muito obrigado.

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas e público que nos assiste pela TV Assembléia, gostaria de, infelizmente, anunciar, mais uma vez, outro episódio que aconteceu com o sistema carcerário no nosso Estado. No dia 19 de agosto, último domingo, por volta das 8 horas da manhã, o Carcereiro Antônio Aparecido da Silva Santos e o Detetive Aloísio foram servir o café e depararam com os presos, que estavam com um revólver e dispararam cinco tiros contra o carcereiro. Antônio foi atingido de raspão na cabeça e foi levado para o Hospital Santa Rita. Ele está, graças a Deus, fora de perigo.

O Detetive Sérgio José dos Santos, que estava chegando para render os outros dois policiais, ouviu o barulho que vinha das celas, pegou uma escopeta e atirou, na tentativa de dispersar os presos. Os tiros atingiram a parede e o vidro de uma janela. Fugiram 17 presos, pulando o muro dos fundos da delegacia. Até o momento, apenas dois foram recapturados.

Segundo o próprio carcereiro, os presos praticamente passaram por cima dele durante a fuga e não o mataram porque não quiseram.

A capacidade dessa delegacia, hoje, é de 24 presos, e ela está com 75. De acordo com a Polícia Civil, apenas dois policiais trabalham no plantão, quando deveria haver, no mínimo, quatro. Cerca de 60% dos presos já estão condenados pela justiça. O imóvel ocupado pela delegacia não foi projetado e construído para abrigar esse número de presos. Nunca sofreu reformas para essa adaptação. Portanto, as condições físicas dessa delegacia são extremamente precárias.

Segundo o Delegado Dr. Wilson Luiz Dias Gouveia, há um anseio da população e dos profissionais que lá trabalham para que a delegacia passe a funcionar 24 horas, o que aumentaria o número do efetivo e proporcionaria mais segurança à população e aos policiais. Como o expediente é encerrado às 18 horas, qualquer ocorrência após esse horário tem que ser feita na delegacia de Betim, o que dificulta o trabalho e torna precário o atendimento à população.

Isso dificulta o trabalho não somente da Polícia Civil, mas também da Polícia Militar, porque, a partir do momento em que essa delegacia encerra seu plantão, as viaturas da Polícia Militar que trabalham na região de Ibirité passam a ter de se deslocar para a seccional de Betim para fazer o encerramento das ocorrências. O prejuízo para o erário público, o prejuízo para a área operacional, a piora da qualidade no atendimento das ocorrências certamente são superprejudiciais para a questão da segurança pública.

Mas, além da situação do Carcereiro, do policial civil e do Detetive, temos uma outra situação, Sr. Presidente. Hoje faz um ano e dois meses que ocupei esta tribuna, coincidentemente, para falar do mesmo assunto. Aqui estão, Sr. Presidente, as notas taquigráficas do dia 20/6/2000, que falam da fuga de presos da delegacia de Ibirité. Naquela época ocupei a tribuna e falei que a delegacia estava com 70 presos. Hoje está com 75. A época, o Deputado Federal Mauro Lopes era Secretário da Segurança Pública. Fizemos a denúncia ao Governador e ao Secretário, apresentamos requerimento nas Comissões de Administração Pública e de Direitos Humanos e, infelizmente, nenhuma medida foi tomada para que se evitasse aquele episódio. Naquela oportunidade, o Detetive que teve oportunidade de visitar pessoalmente no Hospital de Pronto-Socorro, Detetive Paulo Roberto, havia recebido várias coronhadas na cabeça, o que lhe causou traumatismo craniano.

Já ocupamos a tribuna para denunciar as condições da carceragem da Divisão de Tóxicos e Entorpecentes por três vezes. Acompanhamos a Comissão de Direitos Humanos em duas visitas, e nada foi feito para mudar a situação daquela delegacia.

Tivemos a mesma oportunidade de denunciar a superlotação de presos na carceragem da Delegacia Especializada de Furtos e Roubos, e também nenhuma providência foi tomada.

Sr. Presidente, o Presidente da República quer impor restrições severas aos servidores da segurança pública, falando até em demissão sumária. Mas eu pergunto: o que é feito para mudar esse quadro? São colocados dois policiais, um Carcereiro e um Detetive para tomar conta de 75 presos. Há um ano e dois meses, quando ocupei esta mesma tribuna para falar da mesma fuga de presos que ocorreu na delegacia de Ibirité, havia ali 70 presos que fugiram e acabaram cometendo lesões corporais contra o único Detetive que se encontrava de plantão, o Detetive Paulo Roberto. Agora voltamos a ocupar esta tribuna para denunciar a insegurança em que vive a população de Ibirité. Mas, antes de a população sentir-se insegura, temos a insegurança do policial civil, que lá se encontra tomando conta de um barril de pólvora.

Esse barril de pólvora tornou a entrar em combustão no dia 19/8/2001, e a vítima foi o Carcereiro Antônio Aparecido da Silva Santos, dez anos e meio de polícia, dois filhos menores de idade, lotado na Delegacia de Ibirité. Graças a Deus, não tivemos um desfecho pior, pois, apesar do atentado contra a integridade física do Carcereiro, ele passa bem. Poderíamos ter mais um policial vítima do descaso completo que paira nas delegacias e penitenciárias de todo o Estado. Apelamos ao Governador Itamar Franco, ao Secretário da Segurança Pública, Márcio Domingues, e à Secretária de Justiça, Angela Pace, para que tomem providências, pois o espaço dos presos nas celas das penitenciárias é desumano. Na Delegacia de Furtos e Roubos, na Delegacia de Tóxicos, temos cerca de 30 a 40cm<sup>2</sup> para cada preso. Poderíamos evitar que policiais civis e militares perdessem suas vidas no confronto com marginais. Poderíamos evitar que a população fosse novamente saqueada, vítima desses presos que acabam fugindo. Eles deveriam ser enviados às penitenciárias estaduais, pois já existe a previsão legal, no Código de Processo Penal, dizendo que o preso, ao ser condenado, deve ser enviado à penitenciária estadual. Infelizmente, isso não acontece.

Ocupamos novamente a tribuna desta Casa para solicitar os esforços do Governador na solução desse grave problema. Esperamos que o Dr. Itamar Franco, juntamente com a Secretária de Justiça Secretária Angela Pace, discuta a situação carcerária do nosso Estado, retirando os presos da Divisão de Tóxicos, da delegacia de Ibirité, da Delegacia de Furtos e Roubos. Que os presos já condenados pela justiça sejam enviados à penitenciária estadual, onde uma cela de 6m<sup>2</sup> pode ser dividida por dois presos, o que é mais humano.

Várias emissoras de rádio e televisão, assim como a imprensa, compareceram à Divisão de Tóxicos nas três vezes em que lá estivemos. Constataram tudo o que estou falando. No dia 20/6/2000, denunciamos que Ibirité tinha 70 presos, e hoje volto para dizer que lá existem 75 presos, e a situação não mudou. Faz-se necessária uma medida concreta que venha a solucionar essa situação, a fim de darmos segurança àqueles policiais de plantão, não em delegacias, mas num "barril de pólvora". A delegacia de Ibirité, apesar de nossas denúncias, não foi reformada nem ampliada, e o efetivo de policiais não aumentou. Precisamos da vontade política, e é óbvio que a iniciativa deve partir do Poder Executivo, do Governador Itamar Franco.

Tramitou nesta Casa um projeto de lei que tratava do seguro de vida dos policiais. Apresentamos emenda elevando o valor, a qual não foi acatada pelos nobres pares. Certamente, o Governo já poderia ter enviado o projeto de forma que amparasse melhor a família desses policiais que continuam morrendo nas mãos de bandidos, ficando paralíticos, inviabilizando toda uma carreira policial. Por outro lado, temos a população clamando por segurança pública. Está em andamento o seqüestro da Daniela, gerente de Banco. A família está sofrendo muito, mas, enquanto tivermos esse sistema carcerário, delegacias superlotadas e omissão por parte do Estado, certamente a coisa não vai melhorar, não vai funcionar.

Faço um apelo ao Governador Itamar Franco para que não deixe que policiais sejam vítimas de rebelião de presos, que a população passe por momentos difíceis, porque, quando o preso foge de uma delegacia, está desesperado e não sabe o que faz. A população fica à mercê dessa insegurança. É necessário rever a situação e dividir as celas do sistema penitenciário estadual para que a população possa ter um pouco mais de tranquilidade. Muito obrigado.

O Deputado Dinis Pinheiro\* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, imprensa, telespectadores, foi muito oportuno o pronunciamento do Deputado Sargento Rodrigues, quando externou a sua profunda preocupação com a Delegacia Municipal de Ibirité. Mas vou além, complementando o seu discurso. Estou profundamente preocupado e aflito com a qualidade de vida do povo ibiritense. É notório que o País está repleto de violência. A criminalidade está muito alta e temos seqüestros por todas as partes. Mas, na segunda-feira, mais uma vez, para nossa tristeza, Ibirité ocupou, com muito destaque, as principais páginas dos jornais "O Tempo" e "Estado de Minas". Ibirité tem 140 mil habitantes e é a segunda cidade mais pobre do Estado, repleta de vilas, de favelas. Quero falar com muita tranquilidade para o Comandante da Polícia Militar, para o Secretário da Segurança Pública, Dr. Márcio, e para o Secretário Adjunto, Dr. Moraes, que estão sem vontade política, apáticos e inertes e não conhecem a situação aflita do povo de Ibirité.

Por mais de mil vezes, já reivindiquei isso ao Comandante da PM e estive com o Secretário Márcio Domingos e com o Secretário Adjunto, mas não reagem, não têm sangue nem vontade de trabalhar, não querem servir a Minas nem dar exemplo à nossa sociedade.

O Governador Itamar Franco cumpriu seu dever, comprando inúmeras viaturas. Dentro de suas limitadas condições, reestruturou o nosso Estado, procurando dar maior autonomia à

Secretaria da Segurança Pública. Entretanto, precisa de assessoria competente, qualificada e honrada, que não fique simplesmente tomando água gelada e café, no conforto de suas salas com ar condicionado, sem conhecer de perto a realidade e sem ter a vontade de estender a mão, para que Minas seja mais fraterna e solidária, sem violência nem essas injustiças que machucam a população, principalmente a de Ibirité.

O Secretário Moraes, ontem, teve a petulância de me dizer, ao lado do Prefeito de Ibirité, que os políticos não deixam a Secretaria trabalhar. A que ponto chega a conduta desse Secretário Adjunto, pessoa de quem tinha o mais elevado conceito. Esse pronunciamento causou-me estranheza, como, há muito tempo, também me causou estranheza a falta de garra e capacidade administrativa do Secretário Márcio Domingos. Desafio publicamente o Dr. Márcio, esse Comandante e o Dr. Moraes a ir a Ibirité, a fim de visitar a região metropolitana, pois, pelo que podemos ver, não conhecem a sua realidade ou são incapazes de implementar normas que visem, dentro das condições limitadas do Estado, a amenizar esse problema crucial do município.

Estou sempre citando exemplos, mas o Secretário e o Comandante insistem em continuar de braços cruzados, ao ar condicionado, esperando por um milagre. Enquanto isso, a sociedade reclama por medidas rápidas e eficientes. O fato de o Brasil estar passando por momentos de dificuldade não justifica que o Secretário, o Dr. Moraes e o Comandante fiquem em seus gabinetes luxuosos, sem nada fazer. Têm que ser criativos e inteligentes, pois ali estão para ajudar o Governador Itamar Franco a proporcionar segurança no mínimo razoável para Ibirité, a região metropolitana e o Estado.

Já pedi ao Comandante-Geral, ao Secretário de Segurança e ao Dr. Moraes que me mostrassem o demonstrativo dos efetivos da PM em Ibirité, Vespasiano, Ribeirão das Neves e Betim. Desafiei-os a me apresentar o número dos efetivos, mas talvez não tenham conhecimento da estrutura das Polícias Militar e Civil nesses municípios.

O Deputado Geraldo Rezende (em aparte) - Parabenizo V. Exa. pelo excelente discurso proferido sobre tema que representa um problema para o Estado e para o Brasil, embora nosso Estado sofra mais com essa questão. Hoje, no Jornal da Globo, ao meio dia, foi veiculada notícia sobre a minha cidade de Uberlândia, com estatísticas fantásticas. Neste ano, houve, até agora, cerca de 2.600 assaltos, média de 14 assaltos por dia. Não há contingente da PM de acordo com a sua população, pois possui 513 mil habitantes e dois batalhões da PM, o 32º e o 17º. Levamos o 32º Batalhão para lá, mas foi dividido, juntamente com o que já existia, sem que fosse aumentado o seu contingente. Há cerca de 1.030 policiais na cidade, quando precisava de, no mínimo, 2.200.

Com relação à Polícia Civil, não digo mais nada, porque, quando o Dr. Mauro Lopes era Secretário, nos prometeu aumentar o contingente em 120 homens, mas não mandou nenhum, e faz tempo que já não ocupa essa Pasta. Estou demonstrando a ineficiência e o desinteresse do Governo no que diz respeito à segurança pública do Estado. Estou falando apenas sobre o problema de Uberlândia, o qual faz parte do meu dia-a-dia. Uberaba, Araguari, Tupaciguara, Prata e Ituiutaba, que fazem parte do Triângulo, não contam com assistência relativa à segurança pública, tanto na área da Polícia Civil, quanto na da PM. Isso é uma vergonha. O povo paga por esse serviço em seu imposto, mas não pode usufruir dele. Muito obrigado.

O Deputado Dinis Pinheiro\* - Realmente, isso é uma vergonha. O Secretário da Segurança Pública e o Comandante da PM deveriam prestar colaboração, apresentando subsídios, informações e idéias ao Governador Itamar Franco, a fim de amenizarem esse problema.

Sr. Comandante, Sr. Secretário da Segurança e Sr. Secretário Adjunto, talvez não estejam a par da situação de Ibirité. Quem sabe, por incapacidade administrativa, não têm, em mãos, os verdadeiros dados sobre Ibirité e sobre outras cidades. Prestem atenção. Ibirité é um festival de números. Essa cidade possui o maior índice de criminalidade e de delinquência infanto-juvenil, o segundo maior índice de pobreza do Estado, o menor índice de policial por habitante e de crimes desvendados.

Exemplificarei, com muita clareza e com transparência, a falta de gerência, de comando, de responsabilidade e de sensibilidade do Secretário da Segurança Pública e do Comandante. Brumadinho, cidade onde tenho o prazer de ser majoritário, lutando pela qualidade do seu povo, possui 25.000 habitantes. Nessa cidade, há 15 policiais civis. Deveria haver 20 ou 30. Ibirité, que é a 11ª maior cidade do Estado, com 140 mil habitantes, possui 13. Vespasiano, que tem a metade da população de Ibirité, possui 36. Por meio desses números, com muita tranquilidade, afirmo que se trata de atestado de incompetência do Sr. Secretário e do Comandante.

Apelei, pedi, reivindiquei ao Sr. Secretário e ao Comandante que fizessem distribuição, no mínimo, razoável, mas responderam: "Não, Deputado, temos de esperar concurso público. Temos de esperar recurso, dinheiro". Enquanto isso, as crianças de Ibirité não podem ir à escola, a criminalidade na cidade aumenta, Ibirité passa a ser notícia constante nos jornais "O Tempo" e "Estado de Minas", pela fragilidade, pela falta de comando desse Secretário e do Comandante.

Aliás, na Secretaria da Segurança fico observando alguns assessores, como o Dr. Jaci, o Dr. Fidelcino, o Dr. Inácio, sensíveis, atenciosos, mas com suas limitadas prerrogativas, tentando, de todas as formas, dar vazão aos nossos pedidos. Mas, lamentavelmente, o Secretário da Segurança, que deveria dar o exemplo, que deveria ajudar o Governador Itamar Franco, não consegue desempenhar com capacidade, com determinação e inteligência as atribuições que lhe são concernentes, de Secretário da Segurança.

Então, é com muita tristeza que venho fazer este pronunciamento, esta crítica. Com tristeza, com o coração angustiado pela falta de sensibilidade, de coragem, de garra, de aptidão, de inteligência, de sabedoria e de criatividade desse Secretário Adjunto da Segurança, desse Dr. Moraes, que teve a petulância de falar que os políticos atrapalham. Logo ele, Secretário Adjunto, nomeado pelo Governador Itamar Franco. Talvez o Secretário da Segurança também não tenha conhecimento: apesar de ser a segunda cidade mais pobre do Estado, a Prefeitura de Ibirité contribui mensalmente com quase R\$10.000,00 para a segurança de Ibirité e do Estado.

Para esclarecer também ao Comandante, que talvez não tenha tido oportunidade ou tempo de estudar a situação da segurança do Estado, mais propriamente do Município de Ibirité, lá a classe política, o Prefeito, cumpre o seu dever, contribui com R\$3.000,00 por mês, à Polícia Militar.

Deixo registrada, em primeiro lugar, essa falta de comando, de gerência, de aptidão, de capacidade administrativa. Gostaria que o Dr. Moraes, o Sr. Secretário da Segurança Pública e o Comandante viessem participar de um debate na Comissão. Faço um desafio: que venham apresentar os números, mostrar o que estão fazendo para a vida, para a segurança do povo ibiritense. Fica aqui este nosso desafio, em nome de uma Ibirité melhor, Minas mais fraterna e mais justa, pois é isso que queremos, é isso que o Governador Itamar Franco pleiteia e é para isso que tanto luta.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Doutor Viana\* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, pessoal da galeria, telespectadores da TV Assembléia, meus senhores, minhas senhoras, nestes últimos 12 meses já ocupei esta tribuna várias vezes.

Não gostaria de voltar à tribuna desta Casa para falar do mesmo assunto, mas, infelizmente, torna-se necessário voltar para relatar algumas situações, pois não podemos ficar calados. Estou me referindo às estradas do nosso Estado. Como vamos todos os fins de semana à nossa região, podemos ver um trecho da BR-040. Sabemos que está em péssimo estado de conservação ao longo de quase toda sua extensão. Essa estrada une diversas partes do País à Capital. Podemos observar, mais precisamente do trevo de Curvelo, no entroncamento com a BR-135, até a cidade de Felixlândia, como a situação está. Quase 80km estão em péssimas condições. Pode ser considerada uma estrada criminosa. Vemos, constantemente, vários carros parados e danificados porque não tiveram como desviar de todos os buracos. De um ou outro, é possível, mas são muitos. Aqueles que não conhecem o trecho caem nos buracos, danificam seus veículos e até se machucam.

No final do ano passado procurei, com outros colegas da Assembléia, o Ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, quando, entre tantas cobranças de outras estradas de Minas Gerais, levamos também a reivindicação dessas duas BRs. Isso foi feito por uma comissão de Deputados, principalmente do Norte de Minas. Pois bem, todas as promessas nos foram feitas. Voltamos, como sempre, cheios de esperança, mas, no início deste ano, o Ministro dos Transportes, atendendo a convite daquela comissão, de alguns Deputados Federais, comandados pelo Deputado Eliseu Resende, veio a Minas Gerais. Temos aqui, nesta revista, a visita do Ministro dos Transportes a Minas Gerais para ver o estado da BR-040 e da BR-135. Ao percorrê-las, pôde constatar o fato. Veio pessoalmente transitar na BR-040, de Três Marias ao trevo de Curvelo. Ali entrou na BR-135, quando foi a Curvelo. Diante de todos, garantiu-nos que liberaria R\$100.000.000,00 para o recalçamento dos dois trechos: na BR-040, do trevão até Três Marias, e na BR-135, do trevão de Curvelo a Buenópolis. Mas também disse que, até aquele momento, haviam sido liberados apenas R\$100.000.000,00 do orçamento da União para o DNER, para o Ministério dos Transportes em Minas Gerais, mas que ainda existiam quase R\$600.000.000,00 para este ano, que liberaria o dinheiro para o recalçamento, porque a estrada acabou.

Com o tráfego vindo da BR-116 - por dentro são economizados 200km -, acabou a BR-135. Ele, em companhia do Diretor-Geral do DNER, à época, Genésio Bernardino, e também com o Dr. José Hélcio Montese, percorreram tudo. Mas como as promessas não estão sendo cumpridas, os acidentes estão acontecendo. As vidas das pessoas que utilizam a BR-040 e a BR-135 correm perigo todos os dias. Não estamos vendo solução. Até quando ficaremos esperando acontecer algum acidente mais sério para que o Governo Federal, por meio do Ministério dos Transportes, se sensibilize e passe das promessas à concretização desse trabalho, que é extremamente necessário? Vamos esperar as chuvas? Queremos que cheguem o mais rápido possível, porque precisamos delas. Mas ao chegarem e atingirem as estradas nessa atual situação irão piorar sensivelmente as condições de tráfego, e não teremos condições de consertá-las. Por isso, volto a esta tribuna para fazer nova solicitação ao Sr. Ministro e aos Deputados Federais do nosso Estado, para que se empenhem na liberação urgente desses recursos, diante do enorme risco de vida que corremos nessas estradas.

A minha segunda colocação diz respeito ao FUNTRANS, que, como é um fundo estadual, depende dos recursos do Estado. As nossas estradas, principalmente as do Sul de Minas, consideradas prioritárias por causa das fortes chuvas que caíram na região no início de 1999, até agora, após dois anos, não tiveram solução. Pedimos encarecidamente ao Secretário da Fazenda que se sensibilize e libere os recursos do FUNTRANS. Assim, o DER poderá iniciar o conserto, os melhoramentos das rodovias, principalmente as do Sul de Minas, que já eram obras emergenciais.

Em terceiro e último lugar, gostaria de tecer considerações com relação ao apagão, a respeito do que estamos ouvindo várias denúncias. Muitas casas e estabelecimentos industriais estão tendo a energia desligada, numa atitude covarde e até inconstitucional, já que é obrigação do Governo Federal e dos governantes ter previsões e fazer planejamento para que não ocorra falta de energia elétrica.

Não sei como se busca o desenvolvimento de alguma cidade, algum Estado ou País se não houver, como prioridade, o asfaltamento de rodovias e a energia elétrica para amparar indústrias e ter desenvolvimento.

Fico a imaginar quem trabalha, dá emprego, traz ICMS, gera IPI, agora ter que reduzir tudo e, se não cumprir as metas determinadas pela incompetência dos governantes, ter sua energia cortada e sua empresa paralisada. Isso é extremamente grave, mas imputo essa responsabilidade única e exclusivamente aos nossos governantes.

Dessa maneira, quero mostrar a minha indignação por essa situação e por não poder, em hipótese alguma, embora ache que devemos todos buscar economizar em função do momento difícil por que passamos, aprovar uma situação especial para o empresário, o industrial, a pessoa que tem sua pequena empresa, que está buscando sua sobrevivência e dando emprego, que, por não ter atingido sua meta por alguns quilowatts, terá sua empresa desligada e um prejuízo enorme em decorrência da incompetência e da falta de previsão dos governantes, que deixaram o nosso País chegar a essa situação caótica.

Enfim, para reflexão, deixo essas três situações. Ao Governo do Estado, que é da nossa competência direta, peço que o FUNTRANS, que tem os recursos, que não os guarde, que não os deixe parados, que os destine e os agilize, principalmente para atender à população do Sul de Minas, que foi atingida há dois anos por aquelas chuvas torrenciais, que trouxeram uma situação emergencial e danificaram as estradas de maneira bastante acentuada; ao Governo Federal, ao Ministério dos Transportes, peço que cumpram a promessa feita pelo Ministro Eliseu Padilha: R\$100.000.000,00 para que o DNER e o DER executem as obras da BR-040 e da BR-135, principalmente nos trechos do trevão de Curvelo até Três Marias e do trevão de Curvelo a Buenópolis, como estava previsto inicialmente. Obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão - Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos solicitando que seja aprovada a Emenda nº 4, que foi rejeitada na Comissão de Política Agropecuária. Essa emenda trata de definir a localização do Banco da Terra: quem seria o gestor, o responsável. E, nesta Casa, os movimentos populares estiveram presentes insistindo com todos os Deputados para que o órgão criado pelo Estado de Minas Gerais, o ITER, fosse o administrador dessa política, porque ele foi criado com o objetivo de fortalecer os processos de assentamento e os programas de desenvolvimento na área rural por parte dos assentados. Caso isso não ocorra no Banco da Terra, quem tomará conta? A RURALMINAS ou outro órgão? É uma situação extremamente importante, porque a RURALMINAS não tem essa função de controle, de fomento para o que se propõe neste momento. A RURALMINAS tem uma história neste Estado, e suas responsabilidades não foram cumpridas na dimensão, na extensão necessária para dar consistência à política de assentamento e à política de desenvolvimento dos projetos de assentamento.

Queria pedir aos parlamentares que votem favoravelmente à emenda, pelo entendimento de todos aqueles programas e projetos de assentamento em Minas, para que os mecanismos de financiamento se façam pelo ITER, porque ele é que tem a competência e a vocação para garantir a política de fomento dos projetos de assentamento no Estado de Minas Gerais. Muito obrigado.

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, quero, neste encaminhamento, concordar com a proposta do Deputado Adelmo Carneiro Leão. A questão das terras foi exaustivamente discutida nesta Casa. A Assembléia Legislativa fez seminários sobre a reforma agrária, e defendemos que a Assembléia Legislativa precisa debruçar-se sobre a situação das terras de Minas Gerais, principalmente as terras devolutas. Até hoje temos a argumentação, por parte do Executivo, de que a regulamentação das terras é algo que tem um custo muito alto para o Estado. Essa argumentação é a mesma de 1850, quando da primeira legislação sobre as terras no Brasil. Naquele momento usava-se essa argumentação. Novamente a Assembléia Legislativa trata dessa questão sem o devido cuidado.

Sr. Presidente, quero defender a proposta do Deputado Adelmo Carneiro Leão e sugerir a V. Exa. que a Assembléia Legislativa trate dessa questão definitivamente. A questão das terras é algo muito importante para o povo de Minas Gerais, porque há uma grande extensão de terras nas mãos de poucos proprietários. A Assembléia Legislativa pode contribuir para uma reforma agrária no Estado, de forma que a terra fosse destinada àquele que quer trabalhar nela.

Por isso, quero deixar essa proposta, para que a Assembléia Legislativa trate realmente da questão das terras em nosso Estado, com uma legislação moderna, que privilegie quem efetivamente quer trabalhar na terra.

O Deputado João Leite - O Deputado Dimas Rodrigues trata desse projeto das taxas, que a Assembléia teve oportunidade de receber do Sr. Governador e que votamos neste Plenário. Naquele momento vários Deputados puderam se manifestar em relação ao aumento. Vemos agora o Deputado mudando os valores das taxas cobradas pelo Instituto Mineiro de Agropecuária. Lembramos daquele momento, da vontade do Governo de impor taxas que atingiam bancos de leite materno, bancos de sangue. E foi justamente naquele momento também que se tentou a criação da narcotaxa. Hoje vemos - pelo que parece com a aprovação do Governo - a proposta de se reduzir o valor das taxas ligadas às mudas de café.

Sr. Presidente, estamos numa votação de 1º turno, e esta é uma grande oportunidade de a Assembléia Legislativa rever todas essas taxas cobradas pelo Governo do Estado. Algumas vão incidir diretamente no preço desses produtos transportados e cobrados no nosso Estado. É uma oportunidade para discutirmos essa questão. É só o valor da taxa das mudas de café que tem de ser diminuída? Existem outras taxas? Quais são os critérios para cobrança dessas taxas e dos seus valores? O Estado está efetivamente trabalhando para o desenvolvimento da nossa agricultura? Por isso, creio que esse projeto é mais um para o qual deveríamos ter mais tempo.

Deveríamos adiar essa votação, discutir essas taxas cobradas no nosso Estado. Por isso encaminho favoravelmente à diminuição do valor dessas taxas, mas, ao mesmo tempo, proponho que a Assembléia discuta essa importante questão.

Essa proposta trata do preço final desses produtos, sobre o qual esses valores incidem. É necessário que a Assembléia discuta essa proposta com profundidade, para que atenda aos produtores e influa no preço final dos produtos.

O Deputado Sebastião Costa - Sr. Presidente, Srs. Deputados, minha intervenção deve-se mais a um conhecimento prático. Conheço o funcionamento dos viveiros e o valor da mudas negociadas, no instante em que uma saca de café custa, em média, R\$90,00. Conseqüentemente, o valor das taxas atuais inviabiliza a atividade dos viveiros, tornando-se, por isso, clandestina. Isso inviabiliza a atividade cafeeira.

Outro aspecto que quero abordar é que, participando de reunião, exercendo a presidência de comissão, o Deputado Miguel Martini apresentou relatório com alternativas para as taxas cobradas pelo Estado. Foi sugestão nossa, com concordância da comissão e do relator. Gostaríamos que a Mesa promovesse a entrega solene, junto com os integrantes daquela

comissão, dos quais me excluo porque estava na condição de suplente, daquele trabalho sugestivo que orientava esse assunto, pois há taxas que devem ser bastante reduzidas. Há taxas que poderiam até ser majoradas. Ficou acertado que, no momento oportuno, a Mesa da Casa faria a entrega solene do relatório, com a participação das entidades que contribuíram com a comissão especial. Isso ocorreu na semana passada.

Em relação ao assunto em pauta, com o preço da saca de café a R\$90,00, torna-se impossível qualquer atividade viveirista. Portanto, sou favorável ao projeto. É oportuno associar essa matéria àquela que a comissão concluiu na semana passada. Muito obrigado.

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, Srs. Deputados, queremos solicitar a esta Mesa, parece-me que o Deputado João Leite apresentou requerimento nesse sentido, o adiamento da votação desse projeto, uma vez que esta Casa constituiu comissão especial para avaliar não somente esse item específico das mudas de café, mas também toda a desordem causada pela criação e pela majoração de tantas taxas, votadas no final do ano retrasado, a toque de caixa, com discordância nossa, quando tentamos obstruir a votação. Quero trazer à memória de todos que o Regimento Interno da Casa foi rasgado e desrespeitado em Plenário. Havia naquele projeto a narcotaxa também. Dizíamos, naquele momento, que nenhum Deputado tinha condições de votar conscientemente, porque não tínhamos os dados, não tínhamos como definir se era excessivamente baixo, alto ou justo o preço cobrado.

Era uma enormidade. Não estou bem lembrado, mas parece-me que duzentas e tantas taxas foram alteradas naquele momento. Em razão dessa desordem causada por aquela quantidade imensa de taxas que foram criadas e majoradas, esta Casa constituiu uma comissão especial, a requerimento do Deputado Paulo Piau, da qual tive a honra de ser designado como relator. A comissão concluiu os trabalhos há duas semanas. O relatório reconhece, pelos debates e pelas audiências públicas realizados não somente na Assembléia Legislativa, mas também no Sul de Minas e no Triângulo, que a situação estava inviabilizando determinadas atividades econômicas no Estado, além de criar dificuldades, tornando muito difícil competir com outros Estados. Por exemplo, a questão dos cafeicultores, além de tantas outras desordens criadas.

Como conclusão, reconhecemos todas as distorções, criamos e apresentamos dois projetos de lei. Não houve tempo hábil para ser formalizado o terceiro projeto. Segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal, não é preciso somente formalizar, mas encontrar onde, em que outro local o imposto deverá ser majorado. Conforme essa lei, quando um imposto é extinto ou reduzido, é preciso criar um outro ou aumentar o valor de outro. No caso das microempresas e das empresas de pequeno porte, esse problema é fácil de ser solucionado, porque há garantia constitucional. Se não me engano, o art. 145 da Constituição Federal exige as microempresas e as pequenas empresas dessa compensação. Esse é um dos projetos que foram apresentados.

O outro diz respeito ao valor a ser elevado. Temos o valor a ser proposto, mas a dificuldade é compatibilizar, ou seja, tentar descobrir onde deve ser aumentado, porque a receita tem de empatar: se está sendo retirado de um lado, deve crescer em outro. Essa é a dificuldade. A questão das mudas de café já foi tratada por aquela comissão. Não é matéria de um Deputado, mas da Comissão das Taxas, que, em última análise, é uma proposição da Casa, porque a Comissão representa o Poder Legislativo.

Assim, Sr. Presidente, solicitamos que a votação desse projeto seja adiada, a fim de votarmos não um remendo, mas uma correção da desordem causada pela majoração e pela criação de tantas outras taxas. Portanto, o nosso encaminhamento é que a votação desse projeto seja adiada, a fim de votarmos todas as outras junto com essa.

O Deputado Paulo Piau - Sr. Presidente, concordo com o Deputado Miguel Martini. O Projeto de Lei nº 1.327, do Deputado Dimas Rodrigues, é importante: pede a redução das taxas cobradas sobre mudas de café. O próprio Presidente do IMA, hoje, encontra-se impossibilitado de cobrar essas taxas, pelo absurdo e pelo abuso. Entretanto, o Deputado Miguel Martini tem razão, porque fizemos grande discussão na Comissão das Taxas, que emitiu seu relatório recentemente. A Comissão verificou que os produtores estão sendo penalizados em várias culturas pelas taxas cobradas por diversos órgãos do Estado. Portanto, essa necessidade de adiamento para que possamos buscar uma correção maior é um instrumento importante.

Por outro lado, fico pensando se os produtores não podem pagar. Se o IMA, por lei, tem que cobrar, porque a tabela é especificada na lei, criamos um impasse. O Presidente do IMA, Dr. Célio Floriani, está numa situação difícil.

Assim, temos que agilizar a votação. Talvez o Deputado Miguel Martini possa concordar com uma emenda para o 2º turno de votação desse projeto, para que não atrasemos essa votação que, de fato, está atrapalhando toda a movimentação do IMA. No entanto, também não podemos ficar presos à produção de mudas de café, como é o desejo do Deputado Dimas Rodrigues, que tem toda razão nesse projeto.

Por isso a minha posição é a de anexarmos a esse projeto uma emenda - pode ser de 2º turno, se assim achar melhor o Deputado Miguel Martini - e, portanto, fazermos uma correção maior, em vez de ficarmos restritos às mudas de café. Esses são os dois caminhos que podemos seguir para a votação desse projeto.

Estamos sofrendo essa pressão dos produtores de mudas de café. De fato, existe urgência para esse projeto. Temos que atender os produtores, já que houve grande equívoco do Governo no chamado Projeto Boeing 705, Projeto de Lei nº 705, que causou todo esse transtorno, tendo sido votado aodadamente em 1999. Portanto, agora o setor produtivo está "pagando o pato" por essa desorganização do próprio Governo e do próprio sistema de votação da Assembléia, que, felizmente, foi alterado, não votando mais matérias de última hora, principalmente as referentes a taxas e impostos. Esta Casa deu sua resposta, evitando, assim, esse tipo de equívoco.

É adequada a sugestão do Deputado João Batista de Oliveira de que se suspenda a reunião, para que possamos chegar a um acordo sobre se votamos agora, no 1º turno, se deixamos para o 2º ou colocamos outros assuntos, que não sejam o café, porque a sociedade está nos cobrando também em relação às outras culturas, que estão sem condição de serem cobradas, da mesma forma. Não só o café, que é um absurdo, é um exagero que está evidente, mas a sociedade também está cobrando justiça em relação a outras culturas.

O Deputado João Batista de Oliveira - Caro Deputado Paulo Piau, pediria a V. Exa., que conhece tão bem o trabalho da Comissão de Política Agropecuária, que verificasse a possibilidade de suspendermos a reunião por alguns minutos, porque, se não votarmos, não haverá mudas de café para plantio no ano que vem. Os viveiristas precisam dessa lei para semear no próximo mês de setembro.

Recebemos aqui comissões de Araguari, Machado, Varginha, Três Corações, Capelinha, da Zona da Mata e do rio Doce que plantam café. E o IMA não consegue cobrar essas taxas.

Além do mais, gostaria de lembrar o absurdo dessa lei: o produtor não paga pelas mudas, mas pelas sementes. Se a semente germinar ou não, já paga no plantio. O produtor que plantar 100 mil mudas de café tem que pagar a taxa sobre 100 mil caroços, mas isso não significa que vai colher 100 mil mudas.

Então, gostaria de solicitar aos Deputados que desejam o adiamento dessa votação que votemos o projeto, mesmo porque o próprio Presidente do IMA está encaminhando emendas para o 2º turno e poderíamos, nesse intervalo em que as emendas vão percorrer as Comissões, discutir outro projeto de todas as mudas.

Solicito aos Deputados Paulo Piau e Miguel Martini para verificarem a possibilidade de se retirar esse pedido de votação, para que possamos dar um alívio aos produtores de café e de mudas, que, hoje, estão vendendo seus produtos por 40% do preço que vendiam há 2, 3, 4 anos.

É esse o nosso encaminhamento como Presidente da Comissão de Agropecuária: que esta Casa dê uma resposta hoje. Não há polêmicas no projeto, que já indica outra fonte de receita para substituir essa renúncia das taxas. E, no período da tramitação das emendas que o IMA está encaminhando, talvez pudéssemos juntar todas as mudas, que entrariam como emenda de 2º turno.

O Deputado Carlos Pimenta - Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa, senhoras e senhores, dois motivos me trazem à tribuna nesta tarde. Em primeiro lugar, gostaria de comentar a respeito de um movimento nacional que se iniciou ontem, em quase todos os Estados brasileiros, na tentativa de sensibilizar o Governo Federal a desencadear um programa urgente de recuperação das estradas federais, das BRs do nosso País.

Esse movimento suprapartidário - que passou e ainda passa por momentos importantes, principalmente em Minas Gerais -, está chamando a atenção das autoridades federais. Seu objetivo é a liberação dos recursos necessários à recuperação das estradas federais em Minas, que é a maior malha rodoviária do País. Coincidiu com outro, que também estamos desencadeando há algum tempo, que é a recuperação da BR-135, rodovia importante que liga Belo Horizonte ao Sul da Bahia, passando por Montes Claros.

Esse movimento passou por dois momentos importantes. O primeiro diz respeito ao trecho asfaltado de Belo Horizonte a Montes Claros. No final do ano passado, essa questão foi objeto de ação nossa no Ministério Público. Responsabilizamos o Ministério dos Transportes, o DNER, pelos acidentes que aconteciam naquele trecho, ceifando várias vidas em apenas um ano. Foi iniciada uma operação provisória, que tapou os buracos. Assim, nos últimos seis meses, a rodovia voltou a ser trafegável, diminuindo-se sensivelmente os acidentes fatais. Espero que os compromissos do Governo Federal, que até o momento não foram cumpridos, sejam iniciados imediatamente, porque o período chuvoso está sendo aguardado para setembro ou outubro. Se na BR-135, no trecho que liga Belo Horizonte a Montes Claros, não for realizado um serviço permanente, com a substituição do asfalto em alguns locais e recuperação ampla em outros, certamente teremos a volta da maior desgraça que aconteceu durante vários anos, matando muitos inocentes.

Neste dia 22 de agosto chamamos a atenção do Governo Federal, do escritório do DNER em Belo Horizonte, porque a partir de hoje, em conjunto com os companheiros Deputados, principalmente os do Norte de Minas, iniciaremos um movimento de pressão junto aos Deputados Federais, a fim de que intervenham junto ao DNER, ao Ministério dos Transportes, com o objetivo de conseguir os recursos necessários à substituição do asfalto da BR-135.

O segundo momento diz respeito ao trecho compreendido entre Itacarambi, Manga e Montalvânia, de aproximadamente 150km, que não possui asfalto. No final do Governo passado houve a liberação de recursos. Após o início das obras, o TCU interditou-as, impedindo o repasse de mais recursos para a BR-135, alegando irregularidades na prestação de contas pelo DER de Minas Gerais.

Na semana passada, tivemos vitória maiúscula no Tribunal de Contas da União, que, acatando as deliberações e as prestações de contas do DER, liberou a BR-135, de Itacarambi a Manga e Montalvânia, para novamente receber os recursos do Governo Federal. No entanto, o Ministério dos Transportes está alegando que os recursos anteriormente designados para esse trecho foram desviados para outras BRs e não dispõe de dinheiro para reiniciar a obra no ano de 2001.

Neste momento, quero fazer jus ao Prefeito de Manga, nosso companheiro Haroldo Bandeira, aos Vereadores de Manga, de Itacarambi, de Missões e de Montalvânia, que, num ato simbólico, interditaram a ponte sobre o rio São Francisco, na cidade de Januária, mostrando toda a indignação da classe política do Norte de Minas e solicitando que se inicie um movimento para sensibilizar o Governo Federal e, principalmente, a bancada de Deputados Federais, para que consigam novamente alocar recursos e reiniciar a obra de pavimentação da BR-135, no trecho de Itacarambi, Montalvânia e Manga.

Quero convidar os Deputados, principalmente os que são votados no Norte de Minas, para irmos a Brasília marcar audiências com o Ministro dos Transportes e, sobretudo, com os Deputados Federais, para que possamos levar esses dois assuntos que são cruciais para todos nós, que é a recuperação da BR-135, de Belo Horizonte a Montes Claros, e o reinício das obras de pavimentação asfáltica de Itacarambi, Manga e Montalvânia.

O Deputado Doutor Viana (em aparte)\* - Nobre Deputado Carlos Pimenta, ainda ontem tocamos nesse assunto. Parabenizo V. Exa. por voltar hoje à tribuna. Temos que dar seqüência a essas cobranças, fazendo pressão mesmo, porque o Sr. Ministro dos Transportes Eliseu Padilha veio de Brasília, desceu do avião em Três Marias, foi, pela Rodovia 040, até o trevo de Curvelo vendo os buracos e a situação criminoso em que se encontra; do trevo de Curvelo, peregrinou ainda pela BR-135 até Curvelo e lá foi enfático diante de muitas pessoas, prometeu liberar recursos no início do segundo semestre. Ainda falou que para Minas, naquela época, já tinha sido liberado o valor de R\$100.000.000,00; que ainda havia mais de R\$500.000.000,00 no orçamento para o DNER em Minas Gerais e que, daquela soma, destinaria R\$100.000.000,00 para recapar o trecho do trevo até Três Marias, na BR-040 e, na BR-135, pelo menos até Buenópolis, que era a parte que estava mais estragada naquela época.

Toda a semana estamos passando por lá. A operação tapa buraco foi realizada, mas, agora, os buracos estão voltando. Por isso, vamos novamente cobrar dele, fazer retornar aquela mesma comissão, porque é através da persistência que vamos conseguir evitar, prevenir, porque não queremos que aconteça a ninguém acidentes mais graves envolvendo vidas humanas.

O Deputado Carlos Pimenta - Agradeço o aparte de V. Exa. e, desde já, convido-o para ir a Brasília, na próxima semana, em audiência que está sendo marcada com o Ministro dos Transportes e com Deputados Federais do nosso Estado, para que possamos levar adiante essa programação.

Gostaria ainda de tratar de dois assuntos importantes.

Primeiro, gostaria de parabenizar os trabalhadores do setor de educação que estão hoje em Belo Horizonte, representando todas as diretorias regionais de educação, para dialogar, para fazer valer as discussões que são feitas nas várias regionais do nosso Estado. Com certeza absoluta, todos teremos o maior prazer em levar adiante essa discussão, em escutar nossos companheiros trabalhadores da educação e tentar, dentro das possibilidades do Poder Legislativo, principalmente iniciar um movimento de defesa rígido, firme e forte para aquelas pessoas que, durante anos, têm construído nosso Estado e, de um momento para o outro, não podem ser abandonadas, da forma como está sendo proposto. Têm o meu total e irrestrito apoio, principalmente ajudando a regional de Montes Claros e Januária. Já estive com os funcionários e quero participar das discussões, dando minha contribuição para que se faça justiça àquelas pessoas que, verdadeiramente, constroem esse Estado.

O último assunto refere-se à questão da saúde pública. Tenho em mãos um levantamento feito na minha região, quando, no mês de julho, tivemos a oportunidade de percorrer mais de 60 municípios no Norte de Minas, fazendo um trabalho como integrante e participante da Comissão de Saúde desta Casa, para mostrar agora, no segundo semestre, dados estatísticos sobre a precariedade do serviço de saúde pública no Norte de Minas. Temos nada mais nada menos que 47 cidades que não possuem sequer a mínima estrutura de saúde pública. Qualquer pessoa que precise de serviços elementares, de atendimentos básicos, é colocada numa ambulância e levada às cidades vizinhas. São 47 cidades que mal têm um posto de saúde e, muitas vezes, nem medicamentos. Hoje, essas cidades precisam da ajuda do Governo do Estado. Agendaremos uma audiência com S. Exa. o Secretário da Saúde, Carlos Patrício, para mostrar a dificuldade que estamos enfrentando no Norte de Minas e que não é possível estabelecer programação de saúde pública que seja igual em todas as regiões do Estado.

No Sul de Minas, a situação é absolutamente diferente da do Norte. A situação da área metropolitana é também complicada e diferente da de outras regiões. Dizem que Minas tem leitos sobrando, que não é filosofia do Governo Federal e de nenhum governo a instalação de sequer mais um leito no nosso Estado. Talvez essa verdade possa prevalecer no Sul de Minas ou na área metropolitana de Belo Horizonte, mas, na minha região, são 47 cidades, são mais de 800 leitos que precisam ser instalados, porque não é possível que se construa a cidadania para uma cidade rica e deixemos as cidades pobres da forma como estão.

Apresentaremos esses dados colhidos e bem elaborados na Casa, na Comissão de Saúde, levaremos ao Governo do Estado e ao Governo Federal. Queremos, sim, pelo menos uma unidade de saúde básica e elementar para tratar pessoas que tenham sido ofendidas por um animal peçonhento, uma cobra ou escorpião, ou um caso de desidratação, para fazer atendimentos médicos básicos que sejam necessários na minha região do Norte de Minas e não deixá-la ao abandono, tendo como único instrumento de saúde pública a ambulância, que transporta o paciente para as cidades vizinhas.

Termino fazendo um apelo, pedindo que seja revista essa programação de saúde de Minas Gerais. Temos várias Minas: de Belo Horizonte para baixo são as Minas e para cima são as Gerais. Não podemos continuar convivendo com essa situação, com essa dor, com esse desespero e precariedade no setor de saúde pública, principalmente no Norte de Minas e no vale do Jequitinhonha. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado João Leite\* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, público, telespectadores da TV Assembléia, inicialmente parabeno a Assembléia Legislativa, especialmente a Comissão de Educação, pela audiência pública realizada nesta manhã. Sr. Presidente, também parabeno V. Exa. pela sensibilidade de haver trazido ao debate o assunto relacionado aos contratados e designados da área de educação. Tivemos o plenário cheio e também as galerias. Houve grande participação dos Deputados e dos servidores de todas as regiões do Estado. Foi um momento rico da Assembléia Legislativa representando esse segmento do povo. A audiência se estendeu além das 13 horas.

Houve o reconhecimento do apoio da Comissão de Educação e da Assembléia Legislativa à mobilização, ao movimento desses servidores. Tivemos testemunhos emocionantes sobre o tempo que essas pessoas já se dedicaram ao serviço público sem receber do Executivo atendimento ou reconhecimento.

Tenho a oportunidade de presidir uma comissão especial que está tratando do veto à reorganização da Secretaria da Educação. Há uma emenda, apresentada pelo Deputado Dalmo Ribeiro Silva, a qual tive oportunidade de ver derrotada neste Plenário. Refere-se às férias e ao 13º salário desses servidores, o que foi vetado pelo Governador. Esperamos que a comissão especial dê parecer contrário ao veto do Governador e que o Plenário da Assembléia Legislativa derrube esse veto. A esses contratados e designados devem ser dados os direitos inerentes a todos os trabalhadores.

É interessante que alguns alegam a inconstitucionalidade de efetivação desses servidores. No entanto, a pergunta colocada na manhã foi se a Constituição foi atendida nos casos de funcionários com 25 anos de Casa, sem direito à indenização e que muitas vezes nem tinham recebido 13º, férias. Portanto, queríamos lembrar essa audiência pública tão importante na Assembléia Legislativa hoje.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, gostaria de, nesta tarde, trazer a este Plenário a nossa decisão de nos desligarmos do PSDB. Depois de tantos anos, pois ingressei em 1992, e de pertencer apenas a esse partido na minha vida, tomamos a decisão de nos desligarmos. Foi uma decisão difícil de ser tomada, porque quando ingressamos, tínhamos todos os sonhos do ideário da social-democracia. Lutamos, especialmente em 1993, por esse sonho, quando tivemos o plebiscito pelo parlamentarismo. Lutamos muito e votamos favoráveis pelo parlamentarismo naquele momento. Mas, infelizmente, alguns setores da esquerda - com quem eu tinha um contato diário por estar na Prefeitura de Belo Horizonte, como Secretário de Esportes -, que viam a possibilidade clara da eleição de Lula, mesmo defendendo o parlamentarismo, votaram no presidencialismo na expectativa de que Lula fosse o vencedor; porém, o que vimos foi a derrota de Lula e a vitória de Fernando Henrique Cardoso. Lamentavelmente não temos no País algo tão importante: o parlamentarismo. Acompanhamos, em níveis federal, estadual e municipal, um Poder Executivo hipertrofiado, um Poder Executivo que vive de medidas provisórias ou de decretos, cada dia mais enfraquecendo o Poder Legislativo.

Foi com esse sonho que ingressamos no PSDB, o sonho da implantação do parlamentarismo, o sonho das reformas que considerávamos fundamentais para o País, a reforma agrária, a reforma política, especialmente dando oportunidade de termos o financiamento público das campanhas, para não enfrentarmos as desigualdades de campanhas, como tive, infelizmente, a oportunidade de enfrentar recentemente, com o uso da força da máquina, com o uso descarado do poder econômico. Sonhávamos com essas reformas. Sonhávamos com reformas que trouxessem para o nosso povo realmente igualdade. Nesta Assembléia procurei lutar para que efetivamente a reforma agrária tivesse apoio no Estado, para que os direitos humanos, tão atacados, pudessem também ter apoio na Assembléia Legislativa. Mesmo antes da Assembléia Legislativa, como Secretário Municipal de Esportes, procurei fazer um trabalho voltado especialmente para a criança, voltado para a parte excluída da nossa população. Dos projetos que deixamos na Secretaria de Esportes, e que se tornaram programas, 12 ao todo, muitos permanecem até hoje, como o Projeto Dente de Leite, que usa ex-jogadores de futebol para dar treinamento a mais de 6 mil crianças em Belo Horizonte. Procuramos, dentro daquilo que acreditávamos, dentro da social democracia, levar o nosso trabalho parlamentar, e mesmo executivo em algum momento. Lamentavelmente não conseguimos ver traduzido aquilo que sonhávamos, mesmo o PSDB estando no governo por duas vezes. Por isso, neste momento, nossa decisão de sairmos do PSDB, para continuarmos a defender bandeiras em que acreditamos. Queremos permanecer lutando por essas bandeiras, por aquilo que considero mais importante e mais sagrado, que é fazer do ser humano o centro, o objetivo maior dos governos, o objetivo maior de todas as administrações. Sei que em alguns momentos é importante o desenvolvimento econômico, mas considero que o desenvolvimento humano está acima de qualquer perspectiva, de qualquer planejamento, de qualquer intenção de governo. Deve estar acima de todas as especulações que muitas vezes motivam os governos; deve estar acima de tudo aquilo que pode, de alguma forma, facilitar o desenvolvimento econômico, que coloca, porém, o ser humano em um estágio abaixo daquele em que consideramos que ele deva estar.

Vemos que, lamentavelmente, isso acontece no País. Quero ingressar num partido onde o ser humano seja colocado acima de todas essas questões.

Nesta minha despedida do PSDB, agradeço aos meus queridos companheiros, cujo trabalho respeito assim como a coerência da bancada, que, mesmo derrotada, permaneceu na Oposição nesta Assembléia, longe das benesses do Governo e fiel ao povo mineiro. Agradeço aos que me lideraram, Deputado Hely Tarquínio, Deputado Miguel Martini, que, junto com os demais Deputados, deram a direção de oposição à Bancada do PSDB na Assembléia Legislativa. Aqui lutamos pelo que acreditávamos que atendia ao povo mineiro. Agradeço aos meus companheiros do PSDB por me escolherem para Líder da Oposição nesta Casa, Líder da Minoria, cargo que muito me honrou e que procurei desempenhar com minha constante presença, entusiasmo e vontade. Agradeço ao Líder do PFL, Deputado Sebastião Costa, com quem tinha contato permanente, por seu apoio. Agradeço, também, ao Líder do PT, Deputado Adelmo Carneiro Leão, e aos demais Deputados do partido, com quem tivemos diálogos, montando estratégias de oposição nesta Casa.

Infelizmente, no PSDB, não pude realizar meus sonhos. Minha trajetória como cidadão de Minas Gerais demonstra um compromisso permanente com o clube que defendi por 20 anos, com a luta pelo social na minha igreja, por 26 anos, empenhando-me no trabalho com crianças. No exterior, tive a oportunidade de fundar a Associação dos Atletas de Cristo, que hoje se estende por 50 países. Em São Paulo, na Baixada do Glicério, os atletas se encontram diretamente envolvidos com a questão social. No Rio de Janeiro, na Baixada Fluminense, temos um trabalho com 200 crianças, liderado pelo Jorginho, que joga no Vasco da Gama. Lamentavelmente, não pude continuar no PSDB. Convidado pelo Governador do Rio, Antony Garotinho, para ingressar no PSB, num novo projeto comprometido com o social, estou discutindo a possibilidade com a Executiva Nacional do referido partido. Quero me engajar num projeto em que o ser humano seja a causa principal da nossa luta. Estarei, nesta Assembléia, cumprindo meu mandato no permanente compromisso com a vida das pessoas. Obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, Srs. Deputados, ocupo esta tribuna para fazer alguns comunicados e, ao mesmo tempo, dizer que considero este novo momento que a Assembléia passa a viver, necessariamente, um momento muito rico, em que coloco alguns desafios a todos os parlamentares, principalmente à Mesa Diretora e aos Líderes desta Casa, no sentido de, junto com a sociedade, encontrar um modelo ideal de ação parlamentar. Qualquer precipitação em qualquer julgamento pode conduzir ao erro; qualquer análise sensata deve ser feita, não no calor das paixões, mas diante de fatos, diante de dados, diante de informações que permitirão a toda a sociedade fazer o seu julgamento. Não deve ser feito julgamento num momento passional, de emoções; corre-se o risco de cometer injustiças ou de se precipitar em julgamentos.

Em segundo lugar, estou comunicando que, a partir de hoje, não sou mais Líder do PSDB nesta Casa. Estou entregando o meu cargo de Líder dessa tão honrosa bancada por algumas razões que enumero. No início da 1ª Sessão Legislativa deste ano fui distinguido pelos 14 companheiros do PSDB como Líder. E, ao assumir a liderança, considerava que um Líder tem que estar disposto a caminhar na frente, deve estar disposto a sacrifícios. Líder é aquele que vai à frente, que se arrisca, que é capaz de, às vezes, até colocar sua cabeça como prêmio em defesa dos liderados e dos seus interesses. Líder não é aquele que deve aproveitar-se, mas aquele que deve servir mais.

Por entender essa realidade e perceber a dificuldade do PSDB, nesses dois anos de mandato, em exercer a oposição ferrenha a este Governo Estadual, coerente com o que o povo de Minas escolheu, já que o PSDB foi escolhido para fazer oposição a este Governo, resolvi agir assim.

Há muitos anos nesta Casa - e não me lembro de ter acontecido em outro momento -, não ocorria o fato de um partido manter todos os seus parlamentares em oposição rigorosa, como fez o PSDB até o dia de hoje, mesmo sendo perseguido pelo Governo, sem ser recebido nas Secretarias, tendo quase todos os seus projetos de lei, senão todos, retaliados e vetados.

Essa bancada merecia o respeito daqueles que estão no Governo Federal e do partido como um todo. Assim, pedi aos companheiros outro voto de confiança, pois lutaria para fazer seu trabalho reconhecido nos níveis federais. Iniciamos, então, um processo. Criamos um Colégio de Líderes do PSDB e trouxemos os Líderes de outros Estados a Belo Horizonte. Fizemos um segundo encontro, em Recife, e um terceiro, em Brasília. Fomos falar com a bancada federal, com o Presidente da Câmara Federal, Deputado Aécio Neves, e com o Presidente da República. Falamos também com o antigo e o novo Presidente nacional do partido. Pediram-nos um prazo até julho para uma resposta. Esse prazo já se esvaiu, e o Presidente pediu um novo prazo até agosto, que também se esvaiu. Depois disso, recebi alguns recados pela imprensa.

Portanto, eu, que tinha tomado uma postura firme na defesa desses interesses, não obtive êxito e, por ter chegado a um momento de total descrédito no que se refere à possibilidade de o conseguir, senti que era a hora de entregar meu cargo, o que faço agora no Plenário, depois de já ter feito diante da bancada. Junto com esse pedido, entrego também minha ficha

de desfiliação do PSDB.

Nesta oportunidade, quero agradecer ao PSDB, por ter-me acolhido no primeiro mandato e em um segundo momento, após eu ter saído para criar um partido, que se extinguiu. Agradeço a acolhida de todos os Líderes maiores, como o Presidente Aécio Neves, o Ministro Pimenta da Veiga, o ex-Governador Eduardo Azeredo, o Presidente Danilo de Castro, o Secretário Antônio Carlos Andrada, que me deram condições de exercer, com dignidade, meu mandato, nas posições que ocupei.

Faço ainda um agradecimento muito especial a todos os companheiros Deputados da Bancada do PSDB, bravos guerreiros, homens e mulheres, como a Deputada Elbe Brandão e a Deputada Maria Olívia, que bravamente se entrincheiraram na Assembléia, em defesa dos maiores interesses do povo mineiro.

Devo dizer que, em nenhum momento, houve sequer um descuido de cada um deles ao cumprirem as determinações, as conclusões e as posições da bancada com relação a todos os projetos e matérias debatidas e votadas neste Plenário. Cabe-me apenas agradecer-lhes o carinho, o apoio e a forma como se comportaram e se conduziram. Agradecemos também aos técnicos e aos assessores do PSDB o trabalho árduo e competente, fazendo com que pudéssemos cumprir bem a nossa missão de Líder do PSDB. Ao entregar essa Liderança, continuo fiel aos meus princípios, às minhas idéias e à minha forma de atuar. O partido que escolhermos necessariamente deverá estar em oposição ao Governo Itamar Franco. Continuarei na trincheira da Oposição, porque sinto que devo ser coerente. Obrigado a todos os companheiros de outros partidos que, conosco, conseguiram dar o que a sociedade precisava, fazendo oposição e forçando o Governo a debater. Agindo assim, fomos vitoriosos aqui.

Neste momento, entrego a Liderança do partido, desejando ao novo Líder, Deputado Antônio Carlos Andrada, e ao novo Líder da Minoria, que deve ser o Deputado Ermano Batista, muito sucesso, pois competência e capacidade possuem.

Estamos discutindo com outros partidos. Recebemos convites do Governador Antony Garotinho, do PSB do Rio de Janeiro, do Diretório da Executiva Nacional do PSB e dos líderes estaduais desse mesmo partido. O Brasil precisa passar por uma reforma político-partidária. É preciso que os estatutos e os programas dos partidos sejam não apenas retórica, mas também prática verdadeira em prol da sociedade e do povo. Em breve, estaremos subindo a esta tribuna para anunciar a decisão que tomamos. Este momento, entre a entrega da Liderança e a desfiliação, será utilizado como um prazo para reflexão, em que estaremos conversando com os nossos companheiros e amigos, a fim de escolhermos o caminho que julgarmos melhor para continuarmos servindo ao povo mineiro. Muito obrigado.

O Deputado Antônio Carlos Andrada - Sr. Presidente, Srs. Deputados, prezados assistentes e telespectadores da TV Assembléia, assumo a tribuna com um sentimento misto de alegria e satisfação e de tristeza. Alegria e satisfação pela indicação pelos meus pares para ocupar a Liderança do partido na vaga deixada pelo Deputado Miguel Martini. É uma função que muito nos honra e dignifica. Tenho a certeza de que, com essa confiança depositada em nosso nome pela bancada, de maneira espontânea e unânime, iremos, com o maior esforço e dedicação, por meio de um trabalho intenso, honrá-la, para que o partido possa continuar a percorrer o caminho que tem trilhado nesta Casa, em sintonia com o povo mineiro, na defesa dos interesses maiores do Estado.

Também neste momento, como disse, há um sentimento de tristeza, porque o partido - falo em nome de todos os integrantes da Bancada do PSDB - sente muito o afastamento do Deputado Miguel Martini, não só da Liderança, mas do partido, assim como o do Deputado João Leite. Mais do que colegas, são amigos, com os quais tivemos a oportunidade e o privilégio de conviver durante este mandato. Outros mais antigos tiveram também esse privilégio, por mais tempo. Sem dúvida foi uma convivência muito rica e proveitosa. São homens experientes, dignos e honrados, que trouxeram contribuição não só para esta Casa durante o período em que atuaram no nosso partido, mas também como cidadãos, homens sérios, preocupados com a vida política e social, enfim, com os rumos que a política e o nosso Estado estão seguindo.

A minha palavra é de despedida e de agradecimento. Agradecimento pelo trabalho intenso, dedicado, sério, que fez crescer a importância da nossa bancada, ocupando espaços e posições variadas aqui na Casa. Também nos grandes episódios que esta Casa viveu, pela contribuição que deram nos momentos críticos, com conselhos, orientações, enfim, pela participação amiga que, tenho a certeza, continuará. Afastam-se do comando, da Liderança, para seguir outros caminhos, conforme anunciaram aqui, de acordo com os seus projetos, que são legítimos. Embora estejamos todos lamentando a perda, temos de respeitá-los em suas opções. Cada um constrói o seu caminho e caminha de acordo com as suas convicções. Que tenham boa sorte e sejam vitoriosos. Recebam os nossos votos de reconhecimento, de agradecimento, de pleno êxito e sucesso nessa nova etapa que inauguram nas suas vidas políticas e partidárias. A presença desses colegas no partido, durante esse período todo, criou marca e identidade que continuará, não dentro do âmbito partidário, mas dentro do Plenário. Estaremos aqui juntos, como colegas, comungando os mesmos ideais, talvez trilhando alguns caminhos diferenciados para atingir o mesmo objetivo, que é o bem-estar social, a democracia social, uma organização estatal mais justa, enfim, uma Minas melhor, um Brasil melhor. O objetivo é o mesmo. O que muda, talvez, é a concepção e o caminho a trilhar para se alcançar esse objetivo maior. Tenho a certeza de que estaremos juntos aqui no Plenário, na trincheira da Oposição, cobrando, fiscalizando o Governo, exigindo providências e dando a nossa contribuição, humilde como Oposição, mas a nossa contribuição. Embora sejamos minoria no Plenário, damos nossa contribuição para o debate, com sugestões, idéias e propostas, como tem ocorrido nesta legislatura.

Deputados Miguel Martini e João Leite, tenho a certeza de que a passagem de V. Exas. pelo PSDB só deixará saudades, devido aos momentos importantes e às contribuições valiosas. O nosso voto é de pleno êxito e sucesso, porque entendemos que democracia é isso, é essa visão variada, essa perspectiva de momentos diferentes e de momentos em que cada um expressa a sua vontade, a sua convicção e a sua caminhada. Sejam felizes nessa nova opção.

Nós, que permanecemos no PSDB, continuamos convictos de que, apesar das dificuldades e de algumas incompreensões, o objetivo do partido e do nosso programa é muito lúcido e está em sintonia com a modernidade da Nação: a democracia social. Apesar das dificuldades vividas pelos governos que representam o PSDB, os princípios maiores da democracia social não de imperar. Haveremos, ainda, nós, integrantes do PSDB, de dar a nossa contribuição, para que possa prevalecer essa visão de justiça social. Ficaremos aqui lutando, porque acreditamos nessa verdade, acreditamos no futuro e no Brasil de amanhã e acreditamos que o povo brasileiro haverá de reconhecer que o trabalho e o esforço agora feitos valem o sacrifício que passamos e vivemos. Vamos aceitar esse desafio. Vamos aceitar o ônus de ser governo, as incompreensões de ser governo, em nível nacional, e utilizar essa experiência para influir, em nível estadual - é a nossa missão maior como parlamentares estaduais -, para que se cumpra, com maior eficiência, o papel governamental de atender às necessidades do povo mineiro.

São essas as palavras que dirijo a esta Casa e, em especial, aos nossos colegas que deixam a legenda, mas que continuam no Plenário, ao nosso lado, nessa empreitada maior, de defesa de Minas e do povo mineiro. Muito obrigado.

O Deputado João Batista de Oliveira\* - Caro Presidente, Deputado Antônio Júlio, colegas Deputados, Sras. Deputadas, visitantes, gostaria de ocupar rapidamente esta tribuna para comentar dois assuntos.

Esta Casa aprovou, ontem, a criação de uma CPI para analisar o custo do leite em Minas Gerais. O nosso Estado está sendo vítima de uma política predatória por parte das grandes indústrias, principalmente as multinacionais do leite, que chegaram aqui, compraram as pequenas indústrias, as familiares, as tradicionais do interior do Estado, fecharam-nas e, agora, detêm o monopólio. Essas empresas estão promovendo baixa no custo do leite, levando à quebra geral os produtores que ainda acreditam na produção rural.

Minas Gerais tem 853 municípios. Todos produzem leite, inclusive Belo Horizonte. Na periferia de Belo Horizonte, ainda existem fazendas de leite produzindo normalmente. A produção de leite emprega, diretamente, 1.500.000 mineiros. É uma atividade até socialista, no sentido da distribuição da renda e do emprego ao longo do território nacional e do território mineiro.

Como Presidente da Comissão de Política Agropecuária, posso dizer que já fizemos alguns convites à Parmalat para comparecer aqui. De forma autoritária, desconhece os nossos convites e não comparece para explicar, por exemplo, o fechamento da indústria de Itamonte e a não-coleta de leite em algumas cidades do Triângulo. Também queremos ouvir a Nestlé. Apenas a Itambé compareceu, representada por seu Presidente, Sr. José Pereira Campos Filho, para prestar esclarecimentos. Explicou que está levando a fábrica da Itambé que seria implantada em Uberlândia para Goiás por causa das alíquotas dos impostos.

Essa política predatória reduz o preço do leite em plena entressafra para R\$0,32 ou R\$0,33 para o produtor, mas o preço para o consumidor continua entre R\$0,90 e R\$1,10.

Hoje o preço do leite diminuiu para o produtor, mas continuou o mesmo para os consumidores. Existe uma cartelização nítida na indústria do leite em Minas Gerais. A CPI que será instalada em breve por V. Exa., Deputado Antônio Júlio, irá ouvir aqueles que se recusaram a vir aqui como convidados, que não aceitaram o convite da Assembléia Legislativa,

porque, quando convocados por uma CPI, têm de comparecer até por mando judicial. Com isso, queremos fazer essa discussão às claras, a fim de verificar o que está havendo.

Tomamos conhecimento de triangulações feitas por meio do MERCOSUL, pois o leite vindo do Uruguai e da Argentina é, na realidade, produzido na Nova Zelândia ou na Austrália. Apesar de ser um produto de baixíssima qualidade, estocado há três ou quatro anos, entra no Brasil com o carimbo do Uruguai ou da Argentina, quebrando os produtores de Minas Gerais, que estão endividados. A essa altura, todos esperavam receber um preço melhor pelo leite, a fim de saldarem suas dívidas. Como o preço baixou em plena entressafra, os produtores mineiros estão vendendo suas vacas para os frigoríficos, para o abate, com o objetivo de honrarem seus compromissos.

Agradeço aos Deputados, porque em poucos minutos colhemos mais de 35 assinaturas. Tenho a certeza de que a proposta para a instalação da CPI terá 77 assinaturas, pois é um assunto palpitante. Produzir leite e café faz parte da cultura, do orgulho de nosso Estado, cujos produtores estão sendo jogados às feras, sem nenhuma defesa, incluindo o Governo do Estado, que não levantou um dedo para defendê-los.

O Deputado Edson Rezende (em aparte)\* - Muito obrigado, Deputado João Batista de Oliveira. Parabeno-o por sua atitude corajosa e tenho a certeza de que esta Casa está a seu lado. É necessário que o campo seja olhado pelos Governos Federal e Estadual e pelas empresas, que têm de ter compromisso social. As empresas não têm tido esse tipo de compromisso. Ora, se ganham, se avançam, se ampliam o seu mercado, se o seu patrimônio e a sua renda líquida crescem, que retorno a sociedade precisa, a fim de sobreviver aos problemas econômicos? O leite é um fator muito importante para a subsistência de milhares de famílias brasileiras.

Este debate está sendo feito no momento oportuno, porque o preço do leite - que está defasado - coloca as famílias em situação de penúria. Este é o momento de fazer uma discussão ampliada sobre esse problema, a fim de que as entidades públicas, os Governos Federal e Estadual implementem uma política voltada para essa questão, porque está em jogo a vida de milhares de famílias que sobrevivem do leite. Culturalmente, existem famílias que, ao longo dos anos, estão sobrevivendo do leite. O mesmo acontecerá com seus filhos, que dependerão desse sustento para continuarem nas pequenas cidades e no campo, produzindo leite para o País.

O Deputado João Batista de Oliveira\* - Obrigado, Deputado Edson Rezende. Agradeço ao Deputado Marcelo Gonçalves, signatário da CPI, por solicitação da Comissão de Política Agropecuária.

Reforçando suas palavras, Deputado Edson Rezende, o produtor de leite ficaria mais feliz se estivesse recebendo pouco, mas o preço do produto também tivesse baixado para os consumidores. O produtor recebe R\$0,30 por litro, mas o consumidor está pagando entre R\$0,90 e R\$1,10.

Na verdade, está custando caro para o consumidor e sendo mal pago o produtor. Aí é que está o problema.

Hoje, existem indícios de que quem muito ganha com o leite são os supermercados, as grandes redes, porque cobram para que as indústrias levem o leite, além de ganhar pela revenda do produto. Mas quem mais ganha mesmo, como está provado, é a indústria de embalagens. Dizem que só há um fornecedor de embalagem de leite longa vida no Brasil.

Assim, estamos precisando abrir essa caixa-preta e mostrar a verdadeira face dessas indústrias, que fizeram uma política predatória. Compraram ou levaram à falência as indústrias tradicionais de leite em nosso Estado e, agora, estão fechando as suas, para cartelizar o mercado do leite, inclusive com importações, levando à quebra de produtores.

Por último, Sr. Presidente, gostaria de falar sobre a TV Minas. Assistimos, na Fundação TV Minas Cultural e Educativa, a um exemplo horrível de como deve funcionar uma tevê chapa branca. A TV Minas virou comitê eleitoral. Alguns políticos nem falam nela. Na campanha eleitoral do ano passado, em Belo Horizonte, sentíamos a tendência dos convidados que participariam das programações. Hoje, assistimos a programas de entrevistas, como o "Palavra Cruzada", em que o entrevistador, com tanta ânsia de entrevistar o convidado, chega a antecipar as respostas. É um exemplo horroroso de como queimar e desrespeitar o dinheiro público. A TV Minas é uma tevê chapa branca que interrompe uma programação cultural para transmitir coberturas políticas.

Ao denunciar a TV Minas como péssimo exemplo, com uma péssima qualidade e uma falta de respeito no jornalismo, posso dizer que isso acontece com os profissionais que lá atuam, que são levados a conduzir a televisão para atingir objetivos eleitorais.

Sou de um partido da base do Governador, mas, mesmo assim, venho manifestar a minha insatisfação com a maneira com que a TV Minas, que deveria ser cultural e educativa, está sendo deseducativa com o povo de Minas Gerais. É uma tevê anti-democrática, estreita, que perdeu todas as conquistas ao longo da história, transformando-se num comitê eleitoral, numa tevê chapa branca.

O Deputado Durval Ângelo (em aparte)\* - Deputado João Batista de Oliveira, quero elogiar a sua intervenção e concordar plenamente com ela. Hoje, a TV Minas não tem nada de educativa, a não ser a divulgação de alguns setores do Governo Itamar Franco, porque sabemos quais são os setores, as áreas, as Secretarias que mais aparecem.

Quero também manifestar meu repúdio pelo fato de o PT, depois que saiu da base do Governo Itamar Franco, praticamente ser cortado de todo o noticiário. Este parlamentar, por exemplo, nunca mais foi entrevistado. Antes, praticamente, toda semana o era. E, mesmo na pouca cobertura que faz da Assembléia, adota essa postura, essa discriminação.

Gostaríamos de dizer também que, quanto aos fornecedores, a TV Minas paga somente aos que lhe interessam. Tem uma enorme dívida com o Sistema Salesiano de Vídeo, mas, quando é procurada, protela cada vez mais. Além do mais, entre os fornecedores anteriores, faz uma distinção entre quem recebe e quem vai ser beneficiado. Isso é muito estranho.

Precisamos fazer um debate na Comissão de Educação e trazer a TV Minas. Assino com V. Exa. esse requerimento, para colocarmos isso em pratos limpos. Devemos trazer, inclusive, o próprio Ministério, que tem a função de coordenar e controlar as tevês educativas do Brasil. Acho até que, hoje, a questão extrapola os limites do Estado de Minas Gerais.

O Deputado João Batista de Oliveira\* - Agradeço ao Deputado Durval Ângelo. Quero registrar que a TV Minas possui profissionais qualificados, que são constrangidos por uma ação esdrúxula de condução de uma TV para atingir objetivos políticos, com lista de vetos de quem pode ou não falar na TV Minas.

Concluindo, gostaria de exaltar a ação da TV Assembléia, que vem cumprindo muito do que a TV Minas deveria fazer, que é permitir o contraditório dos mineiros. Na TV Assembléia, fala quem é contra e quem é a favor, inclusive as pessoas que querem criticar ações dos parlamentares desta Casa. Gostaria, Sr. Presidente, de solicitar a V. Exa. que dê todo o apoio para que a TV Assembléia continue forte e independente na sua ação, para que todos os mineiros possam expressar suas opiniões e sua fala a respeito da atuação dos parlamentares, não seguindo esse péssimo exemplo que a TV Minas dá a todos nós, principalmente aos estudantes de jornalismo. Quem estuda jornalismo diz: "Jornalismo é aquilo?". Isso decepciona até os estudantes de jornalismo do Estado. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Agostinho Silveira - Exmo. Sr. Presidente, Deputado Antônio Júlio, Srs. Deputados, profissionais da imprensa e da Casa, senhoras e senhores das galerias que nos honram com sua presença, não ocupo esta tribuna para fazer aqui "mea-culpa".

Não venho fazer nenhum tipo de desabafo nem me fazer passar por vítima, até porque minha consciência nada me cobra quanto aos acontecimentos envolvendo a Assembléia Legislativa, Casa do povo, onde honrosamente trabalho há 2 anos e 7 meses, tendo para tanto, me submetido ao concurso democrático das urnas para ocupar o posto por um tempo determinado de 4 anos. Diga-se de passagem, concurso aberto a qualquer pessoa que atenda aos requisitos legais.

Desejo, sim, me dirigir ao povo de meu Estado, e de forma particular aos eleitores que me deram seus votos de confiança, à minha imensa família, aos amigos e conhecidos, a V.

Exas., meus pares e colegas nesta honrosa missão, que nos foi confiada pelo povo.

Parte da imprensa colocou em prática um projeto: denunciar, segundo seus interesses, uma situação. Passou ao povo uma versão, a sua versão. Exibindo o que lhe era conveniente e omitindo as verdades positivas do parlamento e suas importantes ações em favor do povo e da democracia.

Como é de conhecimento público, sou Deputado cumprindo meu primeiro mandato. Não fiz nem participei da elaboração de leis, resoluções ou portarias para determinar valores destinados à minha pessoa física, a título de remuneração, muito menos verbas necessárias para o justo exercício do mandato de Deputado, que ora exerço, com dignidade e honra.

Quando aqui cheguei, as regras já estavam definidas. Aos eleitos cabe exercer a opção pelo salário mínimo ou pelos valores instituídos para o justo e pleno exercício das atividades que envolvem o mandato. A minha opção foi igual à de todos que por aqui já passaram e também a do quadro atual de parlamentares.

Reconheço ser direito da sociedade e dever da Assembléia Legislativa informar o orçamento e o custo do parlamento, bem como a destinação detalhada dos valores a ela destinados no orçamento do Estado. Aliás, essa transparência é dever de todos os Poderes constituídos. Mas gostaria de aproveitar o espaço nesta tribuna para informar que em minha vida pude construir um período de 37 anos de trabalho ininterrupto, tendo passado pela função de contínuo a gerente de empresa da construção civil residencial; na minha mocidade, passei pelo mercado de capitais, pela advocacia e pela consultoria jurídica, pela indústria de espumas e colchões e pelo mercado imobiliário residencial, setores em que ainda tenho negócios.

Portanto, ser Deputado foi consequência do ideal.

Não me arrependo. Vejo que os serviços que prestei e tenho prestado à sociedade no exercício deste mandato são positivos, trazem o sentimento de estar cumprindo bem minha missão, o que me deixa seguro e com a consciência em absoluta paz.

Aqueles que já me conheciam antes deste mandato sabem perfeitamente que o que consegui foi de forma honesta e honrada. Não roubei, não fiz apropriações indevidas, paguei e continuo pagando meus impostos.

Nunca roubei ou sequer usei empréstimos de Bancos oficiais para minhas atividades produtivas. E quantos não se valeram do poder para se locupletarem com dinheiro oficial, com dinheiro do povo de Minas e do Brasil? Só Deus sabe!

E se algum dia contraí empréstimos junto a Bancos privados, nunca deixei de pagá-los. Nunca fui protestado, nunca fui réu em nenhum tipo de processo criminal e nunca fui executado pela justiça por deixar de cumprir qualquer compromisso assumido ao longo desses meus 52 anos de idade. Reconheço: não fiz mais que minha obrigação de cidadão!

Hoje me vejo compondo um grupo de 77 Deputados Estaduais, que passa por um verdadeiro linchamento moral. Vejo que, entre nós, escolheram para o açoitamento e para ser crucificado o Presidente Antônio Júlio. Pergunto: qual o seu pecado nestes 6 meses como Presidente do Poder Legislativo?

Talvez, seu pecado maior seja o rótulo que lhe atribuem de ser homem da confiança do Vice-Governador, Newton Cardoso. Isso mesmo! Esse é seu pecado aos olhos daqueles que não aceitam as regras da democracia, que não aceitam Newton Cardoso e não respeitam sequer que as pessoas sejam amigas.

E Newton Cardoso anuncia o desejo de ser Governador, e Newton Cardoso é o atual vice do Governador Itamar Franco, que, por sua vez, tenta e pode voltar à Presidência da República.

E se Itamar for Presidente, o cacique do Planalto pode voltar a ser índio comum. Pode ser julgado e condenado a viver na toca do ostracismo. E o pior, pode ser, ainda, processado e condenado por crimes de lesa-pátria. Denúncias de irregularidades, de desmando, de incompetência é o que não falta. E isso assusta.

E índio comum não comanda e nem libera verbas polpudas que lubrificam máquinas gráficas e escrevem elogios a quem paga. Índio não libera verbas para canais de televisão mostrarem obras maquiadas e esconderem a fome de mais de 50 milhões de brasileiros. Não libera verbas para mascarar a grave situação do desemprego, e até para fingir que denuncia a falta de saúde, de educação, a inexistência de políticas públicas, a ineficiência gerencial do Governo Federal, a criminalidade crescente. O Governo Federal é ausente em todas as ações necessárias à vida digna do povo brasileiro. Hoje temos o mercado livre das drogas e da prostituição infantil, o trabalho escravo de crianças, enquanto, na calada da noite, entregam as riquezas nacionais a preços vis, com a cumplicidade do próprio Congresso Nacional, às vezes omisso em situações como a tentativa de entregar Furnas, bravamente impedida pelo Governador Itamar Franco, com apoio do povo mineiro.

Se não for Itamar, pode ser o Lula, Presidente! E as coisas podem ficar piores ainda para a turma do poder, confortavelmente encastelada nos palácios de Brasília, que se alterna nas turnês mundo afora, pagas com o dinheiro público.

E, assim, podemos concluir: se correr o bicho pega, se ficar o bicho come. Portanto, é melhor investir pesado. Se preciso, fazer vítimas, mas manter o que está aí: a mesma turma à frente do desmando nacional.

Colocam-se sobre a mesa o mapa do Brasil, marcam-se os pontos geográficos da resistência, dos concorrentes mais perigosos, elege-se Minas Gerais como o principal e o primeiro alvo a ser bombardeado. O cacique olha sua tribo e escolhe de três a quatro índios com melhores condições para serem promovidos à disputa do trono dourado do poder central. Chama todos, inclusive o mais moço, e lhe diz: "Pode estar chegando a sua vez, siga em frente, conquiste a simpatia nacional, comece pela sua própria terra, é lá que você deve iniciar a primeira batalha. Se preciso, massacre, corte cabeças, mutila quem for obstáculo. Saindo-se bem, terá meu apoio para as outras batalhas com outros territórios concorrentes".

Assim, o moço, aspirante à Presidência da República, bebe o néctar gostoso servido aos reis, o néctar do poder. E o jovem dispara na escuridão sua arma química da política, atinge parte do alvo, e seu veneno se espalha e chega até a consciência do povo, que não tem acesso à verdade dos fatos e do jogo. E o povo respira o pozinho com cheiro de ética e, confuso, tonteia mais uma vez. Já não pode enxergar que a vergonha nacional não está na Assembléia Legislativa de Minas, mas nas maracutaias nacionais, no salário mínimo da fome, nas aposentadorias congeladas e aviltadas, na pensão das viúvas indefesas.

E o jovem comete seu primeiro ato de contradição, ou melhor, de boa ação com os meios de comunicação, propõe um naco, um cala-boca, uma bagatela de US\$4.000.000,00 para pagar uma campanha publicitária, só para dizer que lá em Brasília tem uma casa com 513 santos, que farão os milagres da transformação. Esquece, o Deputado, que ética não se apregoa simplesmente, é preciso exercitá-la no dia-a-dia, até porque tem que existir ética também nas caixas registradoras da imprensa nacional.

Batem na Assembléia Legislativa de Minas Gerais, executam o Presidente Antônio Júlio, ligam-no ao Vice-Governador Newton Cardoso, que, por sua vez, está acoplado ao projeto de poder de Minas Gerais e do Brasil. De sobra, atingem o PT, nas pessoas de seus Deputados Estaduais, resvalam na candidatura de Lula, beliscam Anthony Garotinho, nas hostes do PSB. Acertam Ciro Gomes, na Bancada do PPS, tentam luxar vértebras do PL, PDT, PTB e outros que em Minas aceitam tudo, menos que a mesma turma continue desgovernando o Brasil, com o aval de alguns caciques que têm partido para uso próprio.

No poder vale tudo, mesmo que as ações nefastas façam vítimas entre os próprios aliados. Mineiros, afinal, são poucos, e se virarem cadáveres ou corpos políticos mutilados poderão ser diluídos entre tantos homens e mulheres de bem alojados nas demais trincheiras com representação no parlamento de Minas.

Cabe à Assembléia Legislativa do Estado dar uma resposta à sociedade sobre quanto custa o parlamento, mas cabe a cada um de nós, Deputados Estaduais, o dever de olhar nos olhos dos nossos eleitores, que não merecem degustar o sabor amargo da decepção, e dizer: "Nós não roubamos, não fizemos apropriação indevida, custamos ao povo o valor que o

sistema falido da Nação oferece, cheio de distorções, de obscuridades, de vícios, de fragilidades".

Portanto, é hora de repensar o sistema, é hora de transformar o Brasil, com um novo conceito de gestão da coisa pública, com novos modelos de Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, porque, se isso não acontecer, todas as Casas Legislativas, todos os Executivos e todos os setores do Judiciário continuarão custando um preço que o povo jamais saberá.

É importante um novo modelo de transparência que, de fato, possa mostrar a remuneração do parlamentar, mas que o parlamento mineiro não se acovarde neste momento histórico, que não ceda a pressões descabidas a serviço dos interesses mais obscuros dos senhores do poder. Que seja mantida a dignidade e necessidade de cada Deputado, para nunca ter de se curvar às imposições de lobistas do poder econômico, dos bandos que comandam a contravenção, do crime organizado que infesta este País. O parlamento de Minas é formado por homens e mulheres de bem, somos, sim, os dignos e legítimos representantes do povo e não podemos nos calar diante das mais mesquinhas ameaças, abrindo mão das necessárias condições para o pleno exercício do mandato que nos foi conferido. Não podemos deixar de cumprir nossos compromissos com o povo, visitando os municípios, cobrando o atendimento das necessidades devidas ao povo pelo Estado. Não podemos deixar de cumprir nosso papel de agentes políticos em toda sua plenitude, enviando nossas correspondências, nossos jornais e informativos de gabinete, socorrendo, quando necessário, os que mais precisam e que não têm acesso à saúde, à educação, ao emprego. Essas funções foram agregadas aos nossos mandatos pelos usos e costumes, pela cultura popular, ditadas pelo excesso de carências. Convido a todos os meus pares a não abdicarem do dever legal de legislar e fiscalizar; porém sem, covardemente, abandonar as pessoas que nos procuram enquanto agentes políticos, assistentes sociais e até samaritanos, que pedem a nossa mão na esperança de tirá-los do sofrimento e do abandono.

Vamos continuar, caros Deputados, sem o populismo irresponsável e desmedido. Vamos, porém, com responsabilidade, cumprir nosso papel de cabeça erguida, até que o modelo seja modificado por completo no País, dentro de novas linhas definidas das funções dos três Poderes, autônomos e independentes, mas cada qual cumprindo integralmente seus deveres para com o povo de Minas e do Brasil.

Deixo, aqui, algumas questões a serem respondidas pelos arautos da moralidade, mas que, em verdade, não passam de falsos justiceiros, mensageiros da discórdia, a serviço daqueles que se encontram nas trincheiras do poder nacional, receosos em perder as fartas tetas saciadoras. Ou, quem sabe, somente o tempo será capaz de nos oferecer as grandes respostas.

Foi bom para a democracia o linchamento do parlamento mineiro?

O povo ganhou ou perdeu com a tentativa de mutilação dos meios operacionais do Legislativo?

É justo tentar impedir o parlamentar de exercer com dignidade o seu mandato, independente, livre das possíveis pressões de grupos econômicos organizados ou, ainda, mais submissos, convertendo-se em pedintes despudorados das migalhas do Poder Executivo?

É justo o parlamentar, razão maior da existência do Poder Legislativo, ganhar, entre salários e custeio do mandato, menos do que se paga à expressiva parcela de funcionários dos três Poderes?

Só o tempo poderá responder! Muito obrigado."

O Deputado João Batista de Oliveira\* - Sr. Presidente, em nome da Bancada do PDT, quero encaminhar favoravelmente. Essa é uma postura histórica do partido em defesa das empresas nacionais, por entender que significam a soberania nacional.

Chamo a atenção de todos para a CEMIG, que carece de um serviço social. Estamos votando a seu favor, porque é uma empresa estratégica, mas, hoje, por meio da terceirização, a CEMIG está matando seus trabalhadores por falta de assistência, vem terceirizando os serviços permanentes, para baixar seus custos e aumentar seus lucros.

Caso um produtor rural do interior queira colocar energia elétrica em sua propriedade, terá de pagar, de doar a rede para a CEMIG e o terreno por onde passa. Caso deseje retirar aquela rede, para transferi-la para uma outra propriedade, não poderá mais, porque tornou-se patrimônio da CEMIG. É necessário que todos nós, inclusive os funcionários da CEMIG, pensemos mais sobre a função social dessa empresa, porque ela não tem apenas uma função estratégica. A CEMIG e a COPASA, de forma cruel, continuam cortando a luz e a água das pessoas pobres, desempregadas e até miseráveis de Minas Gerais. É necessário que seja criado um fundo para suprir essas necessidades da população. A medida que a CEMIG e a COPASA cortam a luz e a água da população, aumenta o número de crianças doentes, desnutridas e infectadas nos postos de saúde, por falta de limpeza e de conservação dos alimentos. A CEMIG e a COPASA são permanentes patrimônios do povo de Minas Gerais.

Como parlamentar, e não em nome da bancada, farei uma observação. Essas empresas precisam mostrar a sua face de atuação, porque temos visto o Presidente da COPASA e o Presidente da CEMIG atuando mais como coordenadores da campanha do Governador à Presidência da República do que como Presidentes de estatais tão importantes para o nosso Estado. Obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, como o próprio quadro demonstra, enquanto Líder do PSDB, assinei, com o consentimento da bancada, o nosso voto favorável a essa proposta de emenda à Constituição. Mudei de partido, mas não mudei de posição. Continuamos votando a favor dessa proposta.

## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 2/8/2001, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, 1.576, de 15/12/98, e 1.993, de 20/2/2001, observada a estrutura estabelecida pela Deliberação da Mesa nº 1.970, de 2001, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Edson Rezende

exonerando Sérgio Luiz Barreto Campello Cardoso Ayres do cargo de Secretário de Gabinete I, padrão AL-19, 8 horas;

nomeando Eveline Juncal Victoria para o cargo de Secretário de Gabinete I, padrão AL-19, 8 horas.